



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

## EDITAL - CODESA Nº 003/2022 - PLANO DE SAÚDE/2022

## PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 50904.101217/2021-63

Torna-se público que a COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Resolução nº 37, de 23 de julho de 2020, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** sob forma de execução indireta, por meio da utilização de tecnologia de informação – Internet, que será regido pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016; o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da CODESA em sua 492ª Reunião Ordinária, de 25 de junho de 2018, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital e Anexos, constantes do **Processo Administrativo nº 50904.101207/2021-63**

A contratação foi solicitada pela Coordenação de Recursos Humanos - CODRHU, na modalidade Pregão Eletrônico, autorizada pela DIREXE, em sua 1961ª Reunião Ordinária, de 13 de janeiro de 2022, e pelo Conselho de Administração, em sua 574ª Reunião Ordinária, de 28 de outubro de 2021.

A contratação decorrente deste pregão será regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia – CONSAD em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018.

LICITAÇÃO Pregão Eletrônico	UASG: 399002	EDITAL Nº: 003/2022
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço unitário	MODO DE DISPUTA: Aberto / Fechado
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde e odontológico, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como terapia e internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e observando as condições de procedimentos estabelecidas na Resolução Normativa – RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 da ANS, nas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.		
Cadastro das propostas (publicação):	A partir das 09:00 horas do dia 17 / 01 / 2022	
Endereço Eletrônico da disputa:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>	
Informações adicionais:	<a href="mailto:pregao@codesa.gov.br">pregao@codesa.gov.br</a>	
Abertura das propostas (sessão pública):	Dia 31/ 01 / 2022, às 09:00 horas	
<b>OBSERVAÇÃO:</b> O Edital e seus anexos estão disponíveis nos sites <a href="http://www.codesa.gov.br">www.codesa.gov.br</a> e <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> .		

## 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde e odontológico, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como terapia e internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e observando as condições de procedimentos estabelecidas na Resolução Normativa – RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 da ANS, nas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A contratação será constituída de **02 itens**, conforme quadro resumo do objeto:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade
01	Plano de Saúde observadas as condições do item 1.2.3 e demais condições constantes do Termo de Referência.	Unid	01
02	Plano Odontológico observadas as condições do item 1.2.4 e demais condições constantes do Termo de Referência.	Unid	01

1.3. O valor estimado de contratação será apurado conforme modelo de proposta, sendo que a composição do item 1 por faixa etária, acrescida da Coparticipação (ANEXO IB) e o item 02 por valor fixo por beneficiário (ANEXO IC).

1.4. Para a contratação estão estimados 635 beneficiários, sendo 236 titulares e 399 dependentes. Considerando que a adesão é voluntária ao plano de saúde contratado, a CODESA não se vincula ao quantitativo e ao valor de contratação.

1.5. O valor do serviço orçado pela Codesa para a contratação pleiteada é classificado como sigiloso e será tornado público após o encerramento da fase de lances, diretamente no sistema de licitações e no site da CODESA

1.6. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global do Item**, limitado ao valor orçado pela Codesa observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto à especificação do objeto.

1.7. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço unitário**.

1.8. Para esta licitação **não será permitida a participação de consórcio**, conforme disposto no item 4 do termo de referência.

1.9. Para esta licitação **não será permitida a subcontratação**, nos termos do item 5 do termo de referência.

1.10. Considera-se a disputa de ampla concorrência conforme critérios do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

1.11. O procedimento licitatório será conduzido em conformidade com Lei nº 10.520/2002, com base no disposto do art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, tendo em vista que o objeto se enquadra como **serviço comum**, para fins do disposto no Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, cabendo licitação **na modalidade Pregão, na forma eletrônica**.

1.12. A contratação será regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia – CONSAD em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018.

## 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O objeto da presente licitação se enquadra no plano de trabalho da CODESA para o exercício de 2022.

2.2. A despesa proveniente da contratação licitada onerará verba própria, consignada em seu orçamento, em conformidade com a decisão da Diretoria Executiva da Companhia - DIREXE.

2.2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta licitação provêm do orçamento da CODESA, conforme categoria econômica: [ **2.201.030.100 - Assistência Médica e Odontológica** ] conforme solicitado pela **Coordenação de Recursos Humanos (CODRHU)**. Fonte dos Recursos: **Custeio**. Classificação Contábil: despesa. A contratação é uma prestação de serviço enquadrada no item 4.22 da LC 116/2003.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será permitida a participação de sociedades optantes pelo Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos seguintes subitens:

4.2.1. O Licitante optante pelo Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006 não poderá se beneficiar da condição de optante.

4.2.1.1. Na hipótese do subitem 4.2.1 deste Edital, uma vez celebrado o Contrato, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2.2. O Licitante optante pelo Simples Nacional que não se enquadrar em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006 somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ao longo da vigência do Contrato.

4.2.3. Se o Licitante optante pelo Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ao longo da vigência do Contrato, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3. **Não poderão participar** desta licitação os interessados:

4.3.1. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. constituídos sob forma de consórcio;

4.3.3. declarados inidôneas ou impedidas ou proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.4. com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

4.3.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei nº 13.303 de 2016 e art. 26 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA

4.3.6. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.7. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.8. em recuperação judicial, salvo nos casos em que haja decisão judicial que permita a participação em licitações;

4.3.9. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

I - detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

II - autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

- 4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de funcionário ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.
- 4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49;
- 4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.6.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.5. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com todos os documentos de habilitação (item 09) exigidos no edital, proposta (item 10) com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. **Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.**

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor unitário e total do item (valor total da composição de custo conforme Anexo IB para o Item 1 e Anexo IC para o Item 2);**
- 6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações dos serviços ofertado, observando no mínimo as especificações do Termo de Referência;
- 6.1.3. **É vedada a identificação da licitante, em qualquer campo do sistema quando do cadastro de proposta.**
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento da Planilha de Preços;
- 6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 81 da Lei nº 13.303 de 2016.
- 6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no inciso II do art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do Contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3. Também será desclassificada a proposta que:

7.3.1. Identifique o licitante, em qualquer campo do sistema quando do cadastro de proposta;

7.3.2. não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;

7.3.3. que contiverem preço condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão;

7.3.4. que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes

7.4.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.7.1. **Os lances serão ofertados pelo valor total do item.**

7.7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de 0,25%.**

7.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será **automaticamente encerrada a recepção de lances**.

7.13. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.18. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

7.18.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante

7.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico para divulgação.

7.23. **O Critério de julgamento adotado será o de menor preço do item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e

empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.30. A ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.30.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.30.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.30.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.30.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.31. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.32.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

7.32.3. Na negociação, o pregoeiro deverá, para fins de aceitação da proposta de **menor preço item/global** para o serviço, verificar se o valor do item está dentro do valor orçado pela CODESA.

7.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste edital.

8.3. A Planilha de Preços (**anexo IB e Anexo IC**) deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, que:

8.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

8.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4. **apresentar preço final do item superior ao preço orçado pela CODESA, observando o custo de cada item do grupo (Anexo IB para Item 1 e Anexo IC para Item 2) (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário)**, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preço global incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) apresentar um ou mais valores da planilha de preços que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CONSAD, em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018, o **VALOR TOTAL ORÇADO para a contratação pleiteada pela área técnica se tornará público após encerrada a fase de lances**.

8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 35 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta

8.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

- 8.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.10. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.10.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.10.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de preços readequadas com o valor final ofertado.
- 8.11. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 8.12. Erros no preenchimento das planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta. As planilhas poderão ser ajustadas pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 8.12.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.
- 8.12.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO (ANEXAR NO SISTEMA ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO - ITEM 5.1 EDITAL)

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 9.8. **Habilitação jurídica:**
- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira.**

- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 9.10.2.1. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 9.10.2.2. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da Lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados na Junta Comercial.
- 9.10.2.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.2.5. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal. Igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
- 9.10.2.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 9.10.2.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.10.2.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 0,5% (meio por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica**

- 9.11.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão **comprovar/apresentar** para fins de **qualificação técnica** o seguinte:

- 9.11.1.1. Prova de Registro na Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro;
- 9.11.1.2. Prova de Registro na Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) do(s) plano(s) ofertado(s), necessariamente de abrangência geográfica (Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz), bem como da segmentação assistencial oferecida, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 465/2021, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.
- 9.11.1.3. Na hipótese de participação de cooperativas, deverão ser apresentadas as Certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS de todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação dos serviços (Acórdão 668/2005 – TCU – Plenário);
- 9.11.1.4. Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome do licitante, comprovando ter executado serviços de assistência médica, hospitalar e ambulatorial para o item 01 e odontológica para o item 02, no regime de contratação coletiva, abrangendo, no mínimo, 300 beneficiários:

I - Não serão aceitos atestados de empresas que pertençam ao mesmo grupo empresarial.

II - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa



proponente.

III - No atestado deverá constar claramente que o mesmo foi fornecido para a licitante, com CNPJ, razão social e endereço da mesma.

9.11.1.5. A licitante deverá apresentar **Declaração de compromisso** de que dispõe ou disporá de profissionais habilitados (rede credenciada) à prestação dos serviços das especialidades em quantitativos mínimos do item 12 do Anexo IA deste instrumento (Aplica-se aos itens 1 e 2).

I - O quantitativo de estabelecimentos e de profissionais credenciados, por especialidade e sub-especialidade, deverá ser atendido conforme cronograma de implantação apresentado na tabela abaixo:

Etapa	Percentual de estabelecimentos e profissionais credenciados	Prazo de atendimento
1	50%	No ato de assinatura do contrato
2	75%	30 dias após a assinatura do contrato
3	100%	60 dias após a assinatura do contrato

9.11.1.6. **Declaração** de que disporá, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários a execução do objeto lícito, inclusive do profissional indicado como responsável técnico;

9.11.1.7. **Declaração**, corretamente preenchida, de que **não** se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016;

9.11.1.8. **Declaração** de que **não** emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

9.11.1.9. **Declaração** de que **não** designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente da CODESA.

9.12. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, quando solicitado em sede de diligência.

9.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.14. Não serão aceitos documentos que contenham emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas ou modificações de qualquer item deste edital e seus Anexos, exceto aqueles passíveis de serem saneados por meio de diligência.

9.15. A Contratante poderá, em qualquer fase do processo licitatório, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, obrigando as licitantes a prestar todos os esclarecimentos necessários.

9.16. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.17.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.18. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.19. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.22. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro **no sistema eletrônico** e pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital e seus Anexos. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter as especificações técnicas do plano de saúde ofertado, com no mínimo as seguintes descrições: Registro na ANS, Tipo de plano (modalidade), Segmento Assistencial, Acomodação, Cobertura, Área de Abrangência, Condições de coparticipação e regras gerais de atendimento e execução do objeto contratado.

10.1.3. Ser apresentada em Carta Proposta com o **Valor Global expresso em reais**, pelo qual a licitante se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo Contrato.

10.1.4. Conter **Planilha de Preços** adequada a seu último lance com os preços, unitários e totais, expressa em reais (R\$), corretamente preenchida, conforme modelo apresentado no Termo de Referência (Anexo IB - item 01 - plano de saúde e IC - item 02 - plano odontológico)

10.1.5. O modelo de proposta (Anexo IB - item 01 - plano de saúde e IC - item 02 - plano odontológico) é exemplificativo, sendo responsabilidade das licitantes incluir em sua proposta todos os custos que compõem a presente contratação.



10.1.6. Para efeito de aceitação de proposta, para o item 1, será considerado o menor preço, obtido a partir da composição por faixa etária, acrescida da Coparticipação (ANEXO IB), para os 635 beneficiários.

10.1.7. Conter razão social, CNPJ, endereço, e-mail, telefone, identificação do responsável pela elaboração da proposta;

10.1.8. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.9. Indicar prazo de validade da Proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da sua apresentação.

10.1.10. Indicar o responsável pela assinatura do Contrato, informando nº do CPF, RG e endereço, no mínimo e anexando documentos que comprove poderes para tal.

**10.2. Deverão ser apresentados junto com a Proposta:**

10.2.1. **Declaração** subscrita por representante legal da licitante, afirmando que tem conhecimento da **Política de Integridade da Codesa**, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020; que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

10.2.1.1. A Política de Integridade da Codesa encontra-se disponível no site da Companhia, em [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br) – Transparência – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço: [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa\\_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\).pdf](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1).pdf)

**10.2.2. Declaração de que:**

a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

c) nos preços ofertados estão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

d) os serviços a serem prestados **estão ou não** enquadrados na relação do CNAE de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);

e) a licitante **é ou não optante** dos benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);

f) a composição de custos da proposta **estão ou não** considerado os benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismo e por extenso.

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação, e deverão estar incluídas todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte/frete, seguro e insumos).

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.8. A proposta ajustada ao último lance ofertado e os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima deverão ser apresentados, exclusivamente, em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo fixado, após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

10.8.1. Somente mediante autorização do pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação pelo e-mail [pregao@codesa.gov.br](mailto:pregao@codesa.gov.br), sem prejuízo de anexar posteriormente no sistema.

10.8.2. As propostas poderão ser consultadas no site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e a vencedora também no site da Codesa, [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br), link licitação.

10.9. Havendo dúvida quanto à veracidade ou dificuldade de leitura dos documentos anexados no sistema, o Pregoeiro poderá solicitar que os mesmos sejam entregues, pessoalmente ou via correios, em original ou por cópia autenticada, na Coordenação de Suprimentos – CODSUP/CODESA, situada na Rua Izidoro Benezath, nº 48 – Edifício SIX – Enseada do Suá – Vitória - ES – CEP 29050-300.

**11. DOS RECURSOS**

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:**

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.**

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentado.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**14. DO TERMO DE CONTRATO**

14.1. O **prazo de vigência** contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

14.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

14.3. A prorrogação de **prazo de vigência** será realizada mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que efetivada e requerida durante a vigência do contrato, justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, nos termos dos Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

14.4. Para assinatura do contrato, será exigida a apresentação de cópia do documento de identidade (RG), CPF e do instrumento público de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida do representante que irá assiná-lo, onde comprove a outorga de poderes, na forma da lei. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal.

14.5. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.5.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.6. Considerando que foi implantado na CODESA o Sistema Eletrônico de Informação – SEI, a assinatura do contrato deverá ocorrer de forma eletrônica pelo sistema SEI, para tanto o licitante vencedor deverá adotar os seguintes procedimentos:

14.6.1. Para o **cadastro de usuário externo**, acessar o link: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/peticionamento-eletronico-sei>

14.6.2. As orientações do cadastramento constam no link: [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0)

14.7. Inicialmente, a convocação será feita visando a efetivação do cadastramento no SEI como usuário externo, condição necessária para que o proponente efetive a assinatura no Termo de Contrato.

14.8. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.8.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.8.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.9. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda vigência do contrato.

14.10. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

14.11. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 122 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 123 e 124 do mesmo Regulamento.

**15. DA REVISÃO E REAJUSTE DO CONTRATO**

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, ressalvada a ocorrência de variação do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária de usuário.

15.2. Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, **devendo ser negociado entre as partes**, depois de decorridos os 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual, limitando-se ao Índice de Variação dos Custos Médico Hospitalares (IVCMH), ou por outro índice equivalente adotado pela ANS, observadas as disposições do artigo 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994 e demais normas legais aplicáveis, desde que observada a compatibilidade dos preços finais com aqueles praticados no mercado.

15.3. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = ((I_i - I_o) \times V) / I_o$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

Ii = índice correspondente ao mês do reajuste; e

Io = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

15.4. A CONTRATADA poderá solicitar o **equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no instrumento contratual ou ocorrência de índice de sinistralidade superior a 70% (setenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses.

15.5. Neste caso, incumbirá à CONTRATADA a demonstração do cálculo da sinistralidade e da memória de cálculo com os respectivos documentos comprobatórios como pré-requisito para a revisão do preço.

15.6. Serão considerados para fins de sinistralidade os custos assistenciais sobre as faturas pagas, relativas às competências do intervalo considerado 12(doze) meses, aplicadas ao índice de 70%, deduzido do fator 1(um), conforme fórmula a seguir:

$$\text{Índice de Reajuste} = \{ [(S \text{ Média} / P \text{ Média}) / 0,70] - 1 \} * 100$$

Sendo:

S Média = Sinistralidade Média

P Média = Prêmio Médio

15.7. Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório e documentação evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

15.8. Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo, independente da data de inclusão.

15.9. No mês subsequente ao aniversário do beneficiário que atinja a idade limite de cada faixa, automaticamente, esse será inserido na faixa seguinte, prevalecendo, por consequência, a mensalidade da respectiva faixa etária.

15.10. O reajuste poderá ser efetuado por meio de simples termo de apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016 e art. 108, §9º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

15.11. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor.

15.12. A contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo.

15.13. A **revisão**, para mais ou para menos, poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos, nos termos do art. 117 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

15.14. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

## 16. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

16.1. As regras de gestão e fiscalização, incluindo o recebimento do objeto, estão previstas no item 17 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

## 18. DA MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. As regras acerca da medição e do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 19.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.1.2. apresentar documentação falsa;
- 19.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.5. não manter a proposta;
- 19.1.6. cometer fraude fiscal;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 19.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação
- 19.3.2. Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) pela conduta do licitante;
- 19.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.3.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

19.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.7. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a CODESA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303 de 2016 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato, anexo a este Edital, conforme disposição da Lei 13.303/2016.

## 20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até **03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa, física ou jurídica, **poderá impugnar este Edital**.

20.1.1. A impugnação será realizada de forma eletrônica, pelo e-mail [pregao@codesa.gov.br](mailto:pregao@codesa.gov.br) ou por petição dirigida ao pregoeiro protocolada no **Sistema SEI**, situação em que o interessado deverá estar devidamente cadastrado (**ver orientação no item 22.14 deste Edital**).

20.1.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.1.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

20.2. Os **pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, pelo e-mail [pregao@codesa.gov.br](mailto:pregao@codesa.gov.br) ou por petição dirigida ao pregoeiro protocolada no **Sistema SEI**, situação em que o interessado deverá estar devidamente cadastrado (**ver orientação no item 22.14 deste Edital**).

20.2.1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

20.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame

20.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.3.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

20.4. Nos termos do parágrafo único, do art. 19 do Regulamento Interno de Licitações e contratos da CODESA, para contagem dos prazos, considerando que o horário do expediente administrativo da CODESA em dias úteis é das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação ao instrumento convocatório encaminhado após às 17:00h, será considerado para contagem dos prazos como se tivesse sido encaminhado às 08:00h do dia útil seguinte.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

21.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

21.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br), em Acesso à informação - Licitações e contratos e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), utilizando-se a UASG 399002 na consulta.

21.14. Considerando que foi implantado na CODESA o **Sistema Eletrônico de Informação – SEI**, eventual solicitação de vista do processo eletrônico ou apenas apresentação de petição deverá ser feita por peticionamento eletrônico, devendo o interessado primeiramente obter cadastro de usuário externo:

21.14.1. Para o **cadastro de usuário externo**, acessar o link: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-denatran/peticionamento-eletronico-sei>

21.14.2. As orientações do cadastramento constam no link: [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0)

21.14.3. Após concluído o cadastro de usuário externo, o peticionamento será possível, no mesmo link informado no item 22.14.2, devendo-se utilizar do Peticionamento Intercorrente diretamente no processo de licitação (SEI) indicado neste Edital.

21.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes **anexos**:

21.15.1. ANEXO I - Termo de Referência ( 4922332)

21.15.1.1. ANEXO IA – Requisitos de contratação (4889016)

21.15.1.2. ANEXO IB - Modelo de Proposta Preço ITEM 1 (4922349)

21.15.1.3. ANEXO IC – Modelo de Proposta Preço ITEM 2 (4927009)

21.15.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato (5082424)

Pregoeira / Codesa



Documento assinado eletronicamente por **Denize Da Silva Lascosque, Coordenador Substituto - Coord. de Suprimentos**, em 14/01/2022, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5093564** e o código CRC **3BCF3583**.

0.1.



Referência: Processo nº 50904.101217/2021-63



SEI nº 5093564

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá  
Vitória/ES, CEP 29050-300  
Telefone: 2731327301 - [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br)



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

PROCESSO Nº 50904.101217/2021-63

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde e odontológico, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como terapia e internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e observando as condições de procedimentos estabelecidas na Resolução Normativa – RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 da ANS, nas condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. **A presente contratação é constituída de 02 itens, conforme quadro resumo do objeto:**

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade
01	Plano de Saúde observadas as condições do item 1.2.3 e demais condições constantes do Termo de Referência.	Unid	01
02	Plano Odontológico observadas as condições do item 1.2.4 e demais condições constantes do Termo de Referência.	Unid	01

1.2.1. O valor estimado de contratação será apurado conforme modelo de proposta, sendo que a composição do item 1 por faixa etária e o item 02 por valor fixo por beneficiário.

1.2.2. Para a presente contratação estão estimados 635 beneficiários, sendo 236 titulares e 399 dependentes. Considerando que a **adesão é voluntária ao plano de saúde contratado**, a CODESA não se vincula ao quantitativo e ao valor de contratação.

1.2.3. **ITEM 1 - QUANTO AO PLANO DE SAÚDE:** Contratação de plano privado coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação e seguintes características:

- **Modalidade:** Coletivo empresarial - por Adesão
- **Segmentação Assistencial:** Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia
- **Acomodação:** Apartamento



- **Cobertura**: O Plano com cobertura de procedimentos do Rol definido pela ANS e acompanha todas as atualizações determinadas pela citada Agência Reguladora.
- **Área de Abrangência**: Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz
- **Modalidade de Pagamento**: Mensalidade por faixa etária ( com paridade proporcional de 50% empregado e 50% CODESA, incluindo os procedimentos de coparticipação)
- **Coparticipação**: Nas condições do Plano contratado (em relação a consultas, exames diagnósticos laboratoriais e de imagem.)
- **Beneficiários**: Empregados Ativos e seus beneficiários legais
  - **Aposentados e Demitidos** sem justa causa, aplica-se o disposto no art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação,

1.2.3.1. A Codesa será responsável pelo pagamento integral da mensalidade e coparticipação dos beneficiários e seus dependentes constante no item 7.6 deste instrumento, com exceção dos **Aposentados e Demitidos** sem justa causa, que deverão assumir integralmente os custos de mensalidade e coparticipação diretamente com a contratada, na forma definida pela operadora e em conformidade com o disposto no art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação.

1.2.3.2. A adesão dos beneficiários é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano, igualmente não se responsabilizando a CODESA pelo número de beneficiários que venham a aderir ao contrato.

#### 1.2.4. **ITEM 2 - QUANTO AO PLANO ODONTOLÓGICO**

Contratação de plano privado coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação e seguintes características:

- **Modalidade**: Coletivo empresarial - por Adesão
- **Segmentação Assistencial**: Ambulatorial
- **Cobertura**: Integral dos serviços odontológicos, em rede credenciada ou própria, para os seguintes exames, procedimentos de diagnóstico e tratamentos:
  - a) Consultas;
  - b) Procedimentos de Radiologia;
  - c) Procedimentos Preventivos;
  - d) Procedimento para Exame, Diagnóstico e Controle das Doenças Bucais;
  - e) Procedimentos de Periodontia;
  - f) Procedimentos de Restauração/Dentística;
  - g) Procedimentos de Cirurgia Oral Menor;
  - h) Procedimentos de Endodontia;
  - i) Procedimentos de Urgência/Emergência;
  - j) Procedimentos de Manutenção de Prótese Removível;
  - k) Procedimentos de Prótese;
  - l) Procedimentos de Ortodontia (instalação de aparelho, documentação e manutenção);
  - m) Procedimentos de Odontopediatria;

## n) Tratamento das disfunções temporo-mandibulares (ATM)

- **Área de Abrangência:** Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz
- **Modalidade de Pagamento:** Mensalidade fixa por beneficiários ( com paridade proporcional de 50% empregado e 50% CODESA)
- **Coparticipação:** Nas condições do Plano contratado
- **Beneficiários:** Empregados Ativos e seus beneficiários legais
  - **Aposentados e Demitidos** sem justa causa, aplica-se o disposto no art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação.

1.2.4.1. A Codesa será responsável pelo pagamento integral da mensalidade e coparticipação dos beneficiários e seus dependentes constante no item 7.6 deste instrumento, com exceção dos **Aposentados e Demitidos** sem justa causa, que deverão assumir integralmente os custos de mensalidade e coparticipação diretamente com a contratada, na forma definida pela operadora e em conformidade com o disposto no art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação, não cabendo, portanto, a CODESA o repasse deste valores a Contratada.

1.2.4.2. A adesão dos beneficiários é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano, igualmente não se responsabilizando a CODESA pelo número de beneficiários que venham a aderir ao contrato.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

### 2.1. JUSTIFICATIVA

2.1.1. Para atender demanda de contratação de planos privados de assistência à saúde, destinado aos beneficiários da CODESA, dentro das normativas/coberturas fixadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) referente a plano de saúde coletivo empresarial.

2.1.2. A presente contratação visa adequar a concessão do benefício à condições que garantam a sustentabilidade financeira e operacional do modelo de gestão do Plano de Saúde adotado pela CODESA e ainda adotar ações em atendimento às recomendações contidas no relatório nº 201701888 da CGU.

### 2.2. OBJETIVOS

2.2.1. Redução de custos com as despesas com plano de saúde da CODESA visando adequação e redução dos gastos com saúde da empresa dentro dos limites orçamentários estabelecidos.

2.2.2. Manutenção do nível de serviço de Saúde da CODESA, com qualidade de no mínimo com os níveis de serviço estabelecidos pela ANS.

2.2.3. Ampliação das condições em relação a rede credenciada, bem como as condições de atendimento dos beneficiários;

2.2.4. Melhoria no suporte técnico na prestação do serviço, sobretudo após o horário comercial;

2.2.5. Redução significativa do risco de inadimplência;

## 3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

3.1. O presente instrumento foi elaborado de acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia – CONSAD em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e demais legislações e normas pertinentes.

3.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta.

3.3. Os serviços descritos neste Termo de Referência enquadram-se como **serviço comum**, para fins do disposto no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019.

3.4. Os serviços descritos neste Termo de Referência também são classificados como:

3.4.1. continuados, devido à especificidade do serviço. A contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, visto que sua interrupção pode comprometer a assistência à saúde dos empregados;

3.4.2. sem mão de obra exclusiva, por não haver alocação contínua de serviços da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE;

3.4.3. de demanda estimada, devido a interferência de agentes naturais e humanos cujas consequências não são exatamente previsíveis;

3.5. O procedimento licitatório será conduzido nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conjugada com a Lei 13.303/2016, haja vista o disposto no art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA. Assim, a modalidade de licitação deverá ser PREGÃO, a ser realizada na forma ELETRÔNICA, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

3.6. Legislação específica:

3.6.1. Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

3.6.2. Atos Normativos Regulamentares da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

#### 4. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

4.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Portal de Compras governamentais, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

4.2. Para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência **não** será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, em razão dos serviços serem específicos e de baixa complexidade e que existem no mercado várias empresas que prestam os serviços a serem contratados.

4.3. Será permitida a participação de Cooperativas.

#### 5. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

5.1. Não será permitida a subcontratação de nenhum serviço em todo ou em parte do objeto desta contratação, em razão dos serviços serem específicos serem comum e que existem no mercado várias empresas que prestam os serviços a serem contratados.

#### 6. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação será pelo regime de execução por empreitada por preço unitário.

#### 7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Atualmente a CODESA atua como operadora de **Autogestão** de Plano de Saúde por RH – nº 41.650-9, com registro definitivo em 12/12/2012, disponibilizando aos seus empregados os seguintes

planos:

7.1.1. **Codesa Saúde - nº 466.465/12-5** (atual, com empregados/aposentados/dependentes/agregados)

7.1.2. **Codesa Saúde Apartamento - nº 486.652/20-5** (registrado, para empregados/dependentes)

7.1.3. **Codesa Saúde Enfermaria - nº 486.653/20-3** (registrado, para aposentados/dependentes/agregados)

7.2. A diferença entre eles é apenas o pagamento de mensalidade, que o atual não tem:

7.2.1. **Plano Apartamento:** Empregados (inclui aposentados por Invalidez) e dependentes (cônjuge, filhos, enteados, adotados) .

- Modalidade: Coletivo empresarial (apesar do direito na admissão à empresa, é preciso aderir ao plano, com envio de documentos específicos)
- Segmentação: Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia + Odonto
- Cobertura: Grande Vitória - Rol ANS + Home Care + Assistência Domiciliar
- Forma de Pagamento: Pré-estabelecido (Mensalidade) + Copart: **subsidiado pela Codesa**

7.2.2. **Plano Enfermaria:** Aposentados e dependente (cônjuge) e agregados de empregados (pais e outros dependentes com direito adquirido).

- Modalidade: Coletivo empresarial (apesar do direito ao plano por força do ACT, é preciso aderir ao plano em até 30 dias do desligamento, com envio de documentos específicos)
- Segmentação: Referência + Odonto
- Cobertura: Grande Vitória - Rol ANS + Home Care + Assistência Domiciliar
- Forma de Pagamento: Pré-estabelecido (Mensalidade) + Copart: **sem subsídio da Codesa**

7.3. Atualmente temos 948 beneficiários (situação em 29/07/2021), com idade média de 51 anos, assim distribuídos:

Plano de Saúde - Aposentados			
Faixa	Titular	Dependente	Total de Beneficiário
44-48	0	2	2
49-53	0	5	5
54-58	10	19	29
59+	100	65	165
<b>Total Aposentados</b>	<b>110</b>	<b>91</b>	<b>201</b>
Plano de Saúde - Empregados + Invalidez			
Faixa	Titular	Dependente	Total de Beneficiário
0-18	0	192	192
19-23	0	30	30
24-28	0	9	9
29-33	4	13	17
34-38	37	32	69
39-43	57	45	102
44-48	45	22	67
49-53	18	14	32
54-58	27	28	55

59+	68	106	174
<b>Total Empregados + Invalidez</b>	<b>256</b>	<b>491</b>	<b>747</b>
<b>TOTAL BENEFICIÁRIOS</b>	<b>366</b>	<b>582</b>	<b>948</b>

7.4. Atualmente a despesa/custeio para os empregados ativos obedece a proporção de 90/10, ou seja, 90% para a Companhia e 10% para os beneficiários titulares. E para empregados aposentados assume integralmente (100%) as despesas/custeios.

7.5. Cabe destacar que usualmente para o cálculo da sinistralidade é realizado da seguinte forma: (sinistro/prêmio) x 100, onde **sinistro** é o valor que a Operadora gasta com despesas médicas e **prêmio** o quanto a Operadora recebe dos beneficiários. No caso da CODESA, é adotado para o Plano de Autogestão a cobrança de mensalidade ZERO. Tal condição dificulta, para efeito de análise, uma comparação entre o valor de sinistralidade apurado para a CODESA e os valores referenciais aplicado no mercado. Cabe destacar que para os planos comerciais, utiliza-se como referência para apurar o valor do prêmio a soma entre os valores de MENSALIDADE e COPARTICIPAÇÃO pagos. No caso da CODESA é importante destacar que a política interna adotada, para contribuição dos empregados não possui mensalidade estabelecida, sendo que valores recolhidos mensalmente estão limitados a 10% sobre os proventos dos empregados. Dessa forma, para efeito de demonstração e com base no exposto acima obteríamos os seguintes valores com base na metodologia de mercado:

<b>Plano de Saúde - Sinistralidade autogestão CODESA</b>			
Exercício	Valor do Sinistro (R\$)	Prêmio (R\$)	Taxa de sinistralidade
2019	R\$ 6.174.003,14	R\$ 1.090.193,01	566,32%
2020	R\$ 5.815.863,82	R\$ 618.485,44	940,33%

7.6. Para a presente contratação serão considerados como beneficiários:

7.6.1. **Beneficiários Titulares:**

a) Empregados ativos da empresa, incluindo empregados afastados por invalidez até eventual efetivação de sua aposentadoria, nos termos do art. 475 da CLT.

7.6.2. **Beneficiários Dependentes:**

- a) cônjuge ou companheiro(a) de união estável, inclusive os do mesmo sexo;
- b) filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros menores de vinte e um anos de idade;
- c) filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros a partir de vinte e um anos de idade e menores de vinte e quatro anos de idade, cursando o 3º grau ou equivalente;
- d) filhos ou enteados solteiros maiores de vinte e um anos incapacitados permanentemente para o trabalho; e
- e) os menores sob tutela ou curatela.

7.6.3. Demonstrativos dos beneficiários por faixa etária:

<b>EMPREGADOS ATIVOS + DEPENDENTES LEGAIS</b>			
Faixa	Titular	Dependente	Total de Beneficiários
0-18	0	188	188
19-23	0	29	29
24-28	0	7	7
29-33	4	13	17
34-38	36	32	68

39-43	58	46	104
44-48	44	20	64
49-53	19	11	30
54-58	24	22	46
59+	51	31	82
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>399</b>	<b>635</b>

## 7.6.4. Demonstrativos dos tipo de beneficiários:

Tipo de Beneficiário	Tipo de Vínculo	Quantitativo
EMPREGADO	TITULAR	236
CÔNJUGE	DEPENDENTE	151
COMPANHEIRO(A) DE UNIÃO ESTÁVEL		23
FILHO (S)		216
GUARDA		4
ENTEADO		3
TUTELAR		2
TOTAL		635

## 7.6.5. Demonstrativo de beneficiários por gênero:

EMPREGADOS ATIVOS + DEPENDENTES LEGAIS					
Faixa	Titular		Dependente		Total de Beneficiários
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
0-18	0	0	95	93	188
19-23	0	0	14	17	31
24-28	0	0	1	5	6
29-33	3	1	10	3	17
34-38	14	22	23	9	68
39-43	19	39	32	14	104
44-48	8	36	14	6	64
49-53	2	17	9	1	29
54-58	7	17	20	2	46
59+	9	42	24	7	82
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>174</b>	<b>242</b>	<b>157</b>	<b>635</b>

7.7. Com base no disposto na Resolução Normativa ANS nº 279/2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, os **ex-empregados demitidos sem justa causa e APOSENTADOS (inclusive por invalidez)** serão contemplados no novo plano de saúde CODESA, **desde que assuma o seu pagamento integral**, os custos de mensalidade e coparticipação diretamente com a contratada, na forma definida pela operadora, não cabendo, portanto, a CODESA o repasse deste valores a Contratada.

7.8. No atual plano AUTOGESTÃO, os **APOSENTADOS** representam as seguintes características:

EMPREGADOS APOSENTADOS			
Faixa Etária	Titular	Dependente	Total de Beneficiários
0-18	0	3	3
19-23	0	1	1
24-28	0	0	0
29-33	0	0	0
34-38	0	0	0
39-43	0	0	0
44-48	0	3	3
49-53	0	5	5



54-58	13	23	36
59+	118	78	196
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>113</b>	<b>244</b>

7.8.1. Demonstrativo por tipo beneficiários:

Tipo de Beneficiário	Tipo de Vínculo	Quantitativo
APOSENTADOS	TITULAR	131
CÔNJUGE	DEPENDENTE	105
COMPANHEIRO(A) DE UNIÃO ESTÁVEL		4
FILHO (S)		4
GUARDA		0
ENTEADO		0
TUTELAR		0
TOTAL		244

7.9. A previsão de início da operacionalização do plano contratado é 25/01/2022.

7.10. Cabe destacar que os dados apresentados para elaboração do estudo poderão sofrer pequenas alterações, sobretudo em decorrência de eventuais mudanças no quadro de pessoal.

8. **LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU ENTREGA DO OBJETO**

8.1. Os serviços é de responsabilidade da Contratada e serão executados por rede própria, contrata ou credenciada.

9. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

9.1. Os recursos Financeiros para pagamento das despesas resultantes da contratação provêm do orçamento da CODESA, conforme classificação contábil a ser realizada pela CODCON e anotação orçamentária, na devida categoria econômica, a ser realizada pela CODFOR

10. **VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**

10.1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Docas do Espírito Santo – CONSAD, em sua 492ª Reunião Ordinária, datada de 25 de junho de 2018, informamos que o VALOR ORÇADO para a contratação pleiteada pela área técnica **é classificado como sigiloso e será tornado público após o encerramento da fase de lances**, diretamente no sistema de licitações e no site da CODESA;

10.2. A documentação completa que compõe a Pesquisa de Preços, inclusive Nota Técnica com valor de referência e mapa comparativo de preços, será mantida em sigilo até que possa ser dada sua publicidade, momento a ser definido no Edital.

11. **VISITA TÉCNICA**

11.1. Não aplicável à presente contratação.

12. **PROPOSTA E CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

12.1. A proposta a ser apresentada pelo licitante deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

12.2. Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO PARA O ITEM**.

12.3. A Proposta Comercial a ser apresentada, deverá conter no mínimo as seguintes informações:

12.3.1. As especificações técnicas do plano de saúde ofertado, com no mínimo as seguintes descrições: Registro na ANS, Tipo de plano (modalidade), Segmento Assistencial, Acomodação, Cobertura, Área de Abrangência, Condições de coparticipação e regras gerais de atendimento e execução do objeto contratado.

12.3.2. Carta Proposta com o **Valor Global expresso em reais**, pelo qual a licitante se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo Contrato.

12.3.3. **Planilha de Preços** adequada a seu último lance com os preços, unitários e totais, expressa em reais (R\$), corretamente preenchida, conforme modelo apresentado no Termo de Referência (Anexo IB - item 01 - plano de saúde e IC - item 02 - plano odontológico)

12.3.4. O modelo de proposta (Anexo IB - item 01 - plano de saúde e IC - item 02 - plano odontológico) é exemplificativo, sendo responsabilidade das licitantes incluir em sua proposta todos os custos que compõem a presente contratação.

12.3.5. Conter razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, com identificação do responsável pela elaboração da proposta;

12.3.6. Deverá indicar prazo de validade da Proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação;

12.3.7. Indicar o responsável pela assinatura do Contrato, informando nº do CPF, RG e endereço, no mínimo e anexando documentos que comprove poderes para tal;

12.3.8. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

12.4. A proposta deve estar acompanhada de **Declaração** subscrita por representante legal da licitante, afirmando que tem conhecimento da **Política de Integridade da Codesa**, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020; que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

12.4.1. A Política de Integridade da Codesa encontra-se disponível no site da Companhia, em [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br) – Transparência – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço:

[http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa\\_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\).](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1).)

12.5. **Deverão ser apresentadas junto da Proposta as seguintes Declarações:**

12.5.1. que nos preços ofertados estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

12.5.2. que os serviços a serem prestados estão ou não enquadrados na relação do CNAE de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);

12.5.3. que a licitante é ou não optante dos benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);

12.5.4. que na composição de custos da proposta estão ou não considerados os benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (desoneração de folha de pagamento).

### 13. CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 13.1. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA limitar-se-á á:

13.1.1. Prova de Registro na Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro;

13.1.2. Prova de Registro na Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) do(s) plano(s) ofertado(s), necessariamente de abrangência geográfica (Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz) , bem como da segmentação assistencial oferecida, nos termos da Resolução Normativa ANS nº 465/2021, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro.

13.1.3. Na hipótese de participação de cooperativas, deverão ser apresentadas as Certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS de todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação dos serviços (Acórdão 668/2005 – TCU – Plenário);

13.1.4. Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, comprovando ter executado serviços de assistência médica, hospitalar e ambulatorial para o item 01 e odontológica para o item 02, no regime de contratação coletiva, abrangendo, no mínimo, 300 beneficiários:

13.1.4.1. Não serão aceitos atestados de empresas que pertençam ao mesmo grupo empresarial.

13.1.4.2. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

13.1.4.3. No atestado deverá constar claramente que o mesmo foi fornecido para a licitante, com CNPJ, razão social e endereço da mesma.

13.1.5. A licitante deverá comprovar que dispõe de profissionais habilitados (rede credenciada) à prestação dos serviços nas especialidades e quantitativos mínimos no Anexo IA deste instrumento.

13.2. **Declaração** de que disporá, no momento da contratação, de todos os recursos humanos e operacionais necessários a execução do objeto licitado;

13.3. **Declaração**, corretamente preenchida, de que não se enquadra em qualquer das situações previstas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016;

13.4. **Declaração** de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos;

13.5. **Declaração** de que não designará, para a execução dos serviços ora licitados, profissionais que sejam cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado ou dirigente da CODESA.

13.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, quando solicitado em sede de diligência.

13.7. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Termo e seus Anexos.

13.8. Não serão aceitos documentos que contenham emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas ou modificações de qualquer item deste Termo e seus anexos, exceto aqueles passíveis de serem saneados por meio de diligência.

**14. AMOSTRA E TESTE DE CONFORMIDADE**

14.1. Não aplicável à presente contratação

**15. DIREITO AUTURAL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONFIDENCIALIDADE**

15.1. Não aplicável à presente contratação

**16. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

16.1. Os requisitos de contratação estão descritos no Anexo IA deste instrumento.

**17. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

17.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Contratante para os serviços contratados, verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, instruir e dar andamento aos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, sanções e extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas;

17.2. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por colaboradores formalmente designados, conforme diretrizes estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA;

17.3. Os responsáveis designados verificarão o cumprimento das normas técnicas e legais e orientações recebidas, especificações e aplicações, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços;

17.4. Aos responsáveis designados caberá conferir e atestar todas as Notas Fiscais da Contratada e as Certidões anexadas, procedendo tempestivamente aos respectivos encaminhamentos para pagamento;

17.5. A Fiscalização não terá nenhum poder para eximir a contratada de qualquer obrigação prevista no Edital e seus Anexos;

17.6. A Fiscalização deverá notificar POR ESCRITO a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias.

17.7. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

17.8. Caso o objeto contratado não seja entregue conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará através de termo/livro próprio, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a Contratada, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis;

17.9. Ao término dos serviços contratados, será de responsabilidade da Fiscalização a elaboração do Termo de Recebimento dos serviços como estabelecem os Arts. 119 a 121 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

**18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

18.1. As medições serão realizadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência;

18.2. Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar relatório de medição discriminando as atividades e serviços prestados no período de referência;

18.3. Este relatório deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- 18.3.1. Demonstrativo dos beneficiários cadastrados no mês anterior;
- 18.3.2. Demonstrativo dos beneficiários incluídos ou excluídos no mês anterior
- 18.3.3. Demonstrativo do uso de coparticipação do mês anterior;
- 18.4. Após a emissão do relatório a CONTRATANTE analisará o relatório e, estando este condizente com os serviços prestados, autorizará a emissão de Nota Fiscal para faturamento;
  - 18.4.1. Deverá ser emitida notas fiscais/faturas separadas, sendo uma referente a mensalidade do plano e outra para o faturamento de coparticipação.
- 18.5. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente (s) aos serviços executados no mês anterior. Após conferir e atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is), caberá ao fiscal do contrato encaminhá-la (s) para pagamento.
- 18.6. Na(s) Nota(s) Fiscal(is), deverá constar o número do Contrato, o número da agência e da conta bancária correspondente. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) conforme a legislação fiscal/tributária vigente, com observância, principalmente, ao preenchimento de seus campos.
- 18.7. Caso sejam verificadas divergências, a(s) Nota(s) Fiscal(Ais) será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Fiscalização da CODESA, sem que isso gere encargos financeiros para a CODESA.
- 18.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, serão aplicadas as seguintes compensações financeiras e penalidades:
  - 18.8.1. multa de 0,1% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, limitada a 2%;
  - 18.8.2. juros moratórios de 0,033% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, até o efetivo adimplemento desta.
  - 18.8.3. Em caso de atraso pela Contratante, as verbas de natureza acessória (juros e multa) serão pagas por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.
- 18.9. Fica estabelecido que a Contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária, e a CODESA não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.
- 18.10. Deverão ser apresentadas juntamente com as Notas Fiscais, as certidões que comprovam a regularidade da contratada junto ao INSS e ao FGTS, conforme exigido na habilitação fiscal. Deverá também ser apresentada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;
  - 18.10.1. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
  - 18.10.2. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.11. Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18 da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio

de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 18.12. Pagamento Mensal

18.12.1. A prestação de serviços, têm caráter permanente e custos variáveis em razão do número de beneficiário cadastrados no mês e coparticipação). Sendo utilizado seu pagamento deverá ser realizado com periodicidade mensal;

### 19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado público especialmente designado pela Contratante;

19.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela Contratada após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido "atesto" do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;

19.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;

19.5. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;

19.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à execução do contrato;

19.7. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

19.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;

19.9. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da Contratada, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros.

19.10. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

19.11. No caso de rejeição do serviço, a Contratante deverá comunicar o fato à Contratada, que terá um prazo de até 24 horas após a comunicação, para sanar as pendências;

19.12. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

### 20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas neste Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;

20.2. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos.

20.3. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;

20.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou



incorrções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

20.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CODESA autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

20.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;

20.6.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;

20.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;

20.8. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados e dos veículos que adentrarão à CODESA para a execução do serviço, apresentando os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, mantendo as informações atualizadas inclusive;

20.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Contratante;

20.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

20.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando a situação exigir;

20.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;

20.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

20.14. Comunicar à fiscalização do Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

20.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

20.16. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

20.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

20.18. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

20.19. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º do art. 108 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos da CODESA;

20.20. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às

suas consequências e implicações;

20.21. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;

20.22. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da CODESA durante a vigência deste contrato;

20.23. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;

20.24. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual;

20.25. Para efeitos de mensuração dos limites estipulados neste Termo de Referência, os períodos de apuração serão contados a partir do 1º dia de cada mês sob gestão do Gestor do Contrato, formalmente designado;

20.26. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento;

20.27. Solicitar ao beneficiário, diretamente ou através do CONTRATANTE, informações ou documentos necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em até 30 (trinta) dias, através de depósito em conta corrente do beneficiário titular a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, notas fiscais das despesas realizadas e ou recibos de honorários médicos, quando for o caso;

20.28. Fornecer ao beneficiário e seus dependentes, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individual para cada usuário, com prazo e validade igual ao da duração do contrato;

20.29. Disponibilizar a cada beneficiário titular manual de orientação de todos os procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos de emergência, reembolso a relação de credenciados. Manter atualizada no sítio eletrônico (portal de internet da contratada) a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados;

20.30. Negociar, conforme sugestão do CONTRATANTE, a possibilidade de inclusão de profissionais ou entidades de Assistência a Saúde, conforme diretrizes administrativas da CONTRATADA e da ANS;

20.31. Comunicar, imediatamente, a CONTRATANTE qualquer interrupção na execução dos serviços por parte das instituições credenciadas (hospitais, clínicas e laboratórios);

20.32. Comunicar, com pelo menos 30 dias de antecedência, qualquer alteração ou substituição da rede prestadora de serviços, nos termos do Artigo 17 da Lei 9656/98;

20.33. Garantir a continuidade imediata ao tratamento das pessoas que estão em internação hospitalar, ou domiciliar, sem prejuízo em seu estado de saúde;

20.34. Garantir a continuidade imediata ao tratamento das pessoas que estão em tratamento oncológico ou odontológico, sem prejuízo em seu estado de saúde;

20.35. Declarar ter pleno conhecimento das obrigações contidas na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como do Código de Boas Práticas de Proteção de Dados da ANS/CNSaúde, a qual dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, comprometendo-se a cumpri-la e a fazer com que seus sócios, administradores, funcionários e colaboradores a cumpram;

20.36. Declarar e concordar, de forma irrevogável e irretratável, que responderá civil e criminalmente por qualquer infração ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), seja ela decorrente de ação ou omissão atribuível a si, seus sócios, administradores, funcionários, colaboradores que, direta ou indiretamente causem prejuízos de qualquer ordem à outra parte e/ou à terceiros por força de relação contratual mantida entre as partes, obrigando-se a indenizar integralmente e imediatamente qualquer multa ou penalidade imposta à, parte infratora, ressalvado ainda o direito de pleitear indenização por perdas e danos, danos morais e lucros cessantes;

## 21. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO OBJETO

21.1. Não se aplica à presente contratação.

## 22. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

22.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

22.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

22.3. A prorrogação de prazo de vigência será realizada mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que efetivada e requerida durante a vigência do contrato, justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, nos termos dos Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

## 23. CRITÉRIOS DE REAJUSTE (E/OU REPACTUAÇÃO) E REVISÃO

23.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, ressalvada a ocorrência de variação do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária de usuário.

23.2. Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, **devendo ser negociado entre as partes**, depois de decorridos os 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual, limitando-se ao Índice de Variação dos Custos Médico Hospitalares (IVCMH), ou por outro índice equivalente adotado pela ANS, observadas as disposições do artigo 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994 e demais normas legais aplicáveis, desde que observada a compatibilidade dos preços finais com aqueles praticados no mercado.

23.2.1. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = ((I_i - I_o) \times V) / I_o$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I<sub>i</sub> = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I<sub>o</sub> = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

23.3. A CONTRATADA poderá solicitar o **equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no instrumento contratual ou ocorrência de índice de sinistralidade superior a 70% (setenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses.

23.3.1. Neste caso, incumbirá à CONTRATADA a demonstração do cálculo da sinistralidade e da memória de cálculo com os respectivos documentos comprobatórios como pré-requisito para a revisão do preço.

23.3.2. Serão considerados para fins de sinistralidade os custos assistenciais sobre as faturas pagas, relativas às competências do intervalo considerado 12(doze) meses, aplicadas ao índice de 70%, deduzido do fator 1(um), conforme fórmula a seguir:

$$\text{Índice de Reajuste} = \{ [(S \text{ Média} / P \text{ Média}) / 0,70] - 1 \} \times 100$$

Sendo:

S Média = Sinistralidade Média

P Média = Prêmio Médio

23.4. Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório e documentação evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

23.5. Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo, independente da data de inclusão.

23.6. No mês subsequente ao aniversário do beneficiário que atinja a idade limite de cada faixa, automaticamente, esse será inserido na faixa seguinte, prevalecendo, por consequência, a mensalidade da respectiva faixa etária.

23.7. O reajuste poderá ser efetuado por meio de simples termo de apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016 e art. 108, §9º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

23.8. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor.

23.9. A contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo.

23.10. A **revisão**, para mais ou para menos, poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos, nos termos do art. 117 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

23.11. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

## 24. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA a Contratada que:

24.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3. Fraudar na execução do contrato;

24.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5. Cometer fraude fiscal;

24.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a CODESA poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

24.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

24.2.3. Multa compensatória

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

24.2.3.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA, e/ou da garantia prestada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de depósito bancário destinado à Codesa, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente

24.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODESA, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

24.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.3.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;

24.3.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;

24.3.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;

24.3.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

24.3.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

24.3.8. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

24.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos internos da CODESA, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

24.5. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODESA poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

24.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

24.7. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à CODFOR/CODESA, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a Contratante descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratada deverá fazer o pagamento por depósito, que será creditado na conta da CODESA e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

24.8. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CODESA (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

24.9. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

**25. DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. O Contrato será regido por suas cláusulas, pelos preceitos de direito privado, pelo RILC e pela Lei nº 13.303/2016, em particular, seus artigos 68 a 80.

25.2. Na hipótese de existência de contradições entre Termo de Referência e Contrato, prevalecerá o disposto neste último, quanto a todos os seus efeitos.

**26. ANEXOS DO TR**

26.1. Anexo IA – Requisitos de Contratação

26.2. Anexo IB – Modelo de Proposta - Item 01

26.3. Anexo IC – Modelo de Proposta - Item 02



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Bernardes Diniz, Coordenador de Recursos Humanos**, em 15/09/2021, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4581495** e o código CRC **35AD4A89**.

1.



Referência: Processo nº 50904.101217/2021-63



SEI nº 4581495

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá  
Vitória/ES, CEP 29050-300  
Telefone: 2731327376 - [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br)





COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

## ANEXO ANEXO IA - REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO - VF

Vitória, 15 de setembro de 2021.

### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde e odontológico, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar- ANS, compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como terapia e internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e observando as condições de procedimentos estabelecidas na Resolução Normativa – RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 da ANS, nas condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Para a presente contratação foi definido os seguintes modelos:

1.2.1. Quanto a **assistência á saúde**: Contratação de plano privado coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação e seguintes características:

- **Modalidade**: Coletivo empresarial - por Adesão
- **Segmentação Assistencial**: Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia
- **Acomodação**: Apartamento
- **Cobertura**: O Plano com cobertura de procedimentos do Rol definido pela ANS e acompanha todas as atualizações determinadas pela citada Agência Reguladora.
- **Área de Abrangência**: Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz
- **Modalidade de Pagamento**: Mensalidade por faixa etária ( com paridade proporcional de 50% empregado e 50% CODESA, incluindo os procedimentos de coparticipação)
- **Coparticipação**: Nas condições do Plano contratado (em relação a consultas, exames diagnósticos laboratoriais e de imagem)
- **Beneficiários**: Empregados Ativos e seus beneficiários legais
  - **Aposentados e Demitidos** sem justa causa, aplica-se o disposto no art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação

1.2.2. Quanto a **assistência odontológica**: Contratação de plano privado coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação e seguintes características:

- **Modalidade**: Coletivo empresarial - por Adesão
- **Segmentação Assistencial**: Ambulatorial
- **Cobertura**: Integral dos serviços odontológicos, em rede credenciada ou própria, para os seguintes exames, procedimentos de diagnóstico e tratamentos:
  - a) Consultas;
  - b) Procedimentos de Radiologia;
  - c) Procedimentos Preventivos;
  - d) Procedimento para Exame, Diagnóstico e Controle das Doenças Bucais;
  - e) Procedimentos de Periodontia;
  - f) Procedimentos de Restauração/Dentística;
  - g) Procedimentos de Cirurgia Oral Menor;
  - h) Procedimentos de Endodontia;
  - i) Procedimentos de Urgência/Emergência;
  - j) Procedimentos de Manutenção de Prótese Removível;

- k) Procedimentos de Prótese;
- l) Procedimentos de Ortodontia (instalação de aparelho, documentação e manutenção);
- m) Procedimentos de Odontopediatria;
- n) Tratamento das disfunções temporo-mandibulares (ATM)

- **Área de Abrangência:** Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz
- **Modalidade de Pagamento:** Mensalidade fixa por beneficiários ( com paridade proporcional de 50% empregado e 50% CODESA)
- **Coparticipação:** Nas condições do Plano contratado
- **Beneficiários:** Empregados Ativos e seus beneficiários legais
  - **Aposentados e Demitidos** sem justa causa, aplica-se o disposto no art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação.

## 2. REQUISITOS BÁSICOS DE CONTRATAÇÃO:

2.1. A CONTRATADA será uma Operadora de Plano de Assistência à Saúde Médico e Odontológico: pessoa jurídica constituída sob a modalidade de sociedade civil ou comercial ou cooperativa, que possua registro na Agência Nacional de Saúde.

2.2. A CONTRATADA deverá atender as especialidades constantes no rol da ANS (Agência Nacional de Saúde), para procedimentos de assistência a saúde e odontológicos e exames complementares, básicos e especiais, além de outros necessários ao tratamento de doenças reconhecidas ou que venham a ser reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina ou pela Associação Médica Brasileira – AMB, também pelo Conselho Federal de Odontologia e aqueles previstos pelo Ministério da Saúde, quando das atualizações do Rol de Procedimentos Médicos para cobertura assistencial pelas operadoras de planos de saúde.

2.3. Os serviços e procedimentos a serem ofertados pela contratada estarão em conformidade com o constante nos artigos 10 a 12 da Lei nº 9.656/1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde e odontológico, bem como devem observar as coberturas mínimas obrigatórias previstas no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde divulgados pela ANS (edição atualizada), e demais atos normativos que venham a ser publicados pelo referido órgão regulador.

2.4. A CONTRATADA obriga-se a liberar qualquer procedimento médico eletivo nos prazos estabelecidos no art. 10 da RN 259/2011 e outras legislações vigentes.

2.5. A CONTRATADA deverá possuir serviço de central telefônica gratuita/Telemarketing de atendimento 24h (vinte quatro horas), 07 (sete) dias por semana, inclusive finais de semana e feriados, de modo a facilitar o acesso do beneficiário nos casos de emergências e urgências, que vise também auxiliar os interesses na escolha do local para atendimento, prestando outros esclarecimentos e informações com relação à rede credenciada/ referenciada/ própria.

2.6. Os hospitais, centros médicos, laboratórios, clínicas odontológicas, e demais unidades prestadoras dos serviços que constituem o objeto da presente contratação não poderão limitar ou restringir o atendimento, desde que estes integrem sua estrutura de serviços e estejam abrangidos nas especificações dos serviços contratados, sendo terminantemente vedada a exigência de exclusividade de atendimento em unidade própria, o direcionamento e o uso de outros mecanismos de regulação mencionados na letra “b” do inciso I do artigo 4º da Resolução CONSU nº. 08 de 04/11/1998.

2.7. Entende-se rede de atendimento própria e credenciada todos os profissionais, estabelecimentos e serviços complementares colocados à disposição dos beneficiários pela empresa contratada, como aptos a prestarem integralmente os serviços contratados.

2.8. Quando não houver acomodação hospitalar disponível de acordo com o Plano de Cobertura do beneficiário na Rede Credenciada da CONTRATADA, fica garantido o acesso à acomodação, em nível superior, sem ônus adicional para o beneficiário.

2.9. As internações eletivas e emergenciais devem estar de acordo com a Resolução Normativa nº 465/2021, e respectivas atualizações da ANS, a qual descreve o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

2.10. Em caso de internação hospitalar, a CONTRATADA e a CODESA não se responsabilizarão pelo pagamento de despesas extraordinárias realizadas pelo beneficiário internado, conforme legislação vigente.

2.11. A CONTRATADA e a CODESA não se responsabilizarão por qualquer acordo ajustado particularmente pelos beneficiários do plano e hospitais, entidades e médicos contratados e/ou conveniados. Avenças particulares não fazem parte do presente contrato, tampouco podem ser opostas à Empresa Pública – CODESA.

2.12. Anualmente a CONTRATADA se compromete a fazer campanha de atualização de dados cadastrais, oferecendo as ferramentas necessárias com o apoio da CODESA.

2.13. A CODESA se obriga a informar à CONTRATADA qualquer admissão ou desligamento de empregado.

2.14. Considerando que a adesão do beneficiário ao plano é facultativa, a CODESA não se obriga a garantir qualquer quantidade mínima de adesões.

2.15. Considerem incluir cláusula que permita ao beneficiário ter sua carteirinha, acompanhar suas despesas, rede credenciada, autorizações, reembolsos, etc através de aplicativo mobile e site.

2.16. É vedada à operadora contratada cobrar qualquer taxa a título de movimentação cadastral e/ou expedição dos cartões de identificação dos beneficiários.

2.17. Os demais requisitos de execução do objeto contratado e prazos deverão ser definidos em reunião inicial e divulgadas aos beneficiários, observando os normativos legais da Agencia Nacional da Saúde - ANS.

### 3. DO ATENDIMENTO AO BENEFICIÁRIO

- 3.1. O atendimento do beneficiário dar-se-á mediante a apresentação do Cartão Magnético de Beneficiário, acompanhado do documento oficial de identificação com foto, que são os documentos válidos para consultas, exames, internações, tratamentos com médicos credenciados e qualquer outro relacionamento entre a Contratada e o beneficiário, excetuando-se os casos de autorização.
- 3.2. O atendimento aos serviços contratados serão utilizado pelos beneficiários, sem qualquer restrição ou discriminação por parte dos profissionais ou estabelecimentos da rede credenciada, nos limites desta contratação.
- 3.3. A CONTRATADA deverá manter em funcionamento uma central para atendimento ao usuário, 24 horas por dia, sete dias por semana, para prestar informações, bloquear dos cartões em caso de perda, furto ou roubo, ou ainda por solicitação do usuário, além das demais facilidades não descritas neste termo e já oferecidas rotineiramente pela empresa a outros contratantes de serviços similares, desde que não conflitem com as obrigações e direitos das partes, aqui descritas.
- 3.4. Os beneficiários deverão ser assistidos, de acordo com a Resolução Normativa nº 395, de 14 de janeiro de 2016, da Agência Nacional de Saúde. Nos casos de solicitação de procedimentos ou serviços os prazos máximos para garantia de atendimento deverão obedecer àqueles previstos na RN nº 259, de 17 de junho de 2011.

### 4. DOS BENEFICIÁRIOS

- 4.1. Nos termos da nova contratação serão considerados beneficiários:

#### 4.1.1. Beneficiários Titulares:

- a) Empregados ativos da empresa, incluindo empregados afastados por invalidez até eventual efetivação de sua aposentadoria, nos termos do art. 475 da CLT.

#### 4.1.2. Beneficiários Dependentes:

- a) cônjuge ou companheiro(a) de união estável, inclusive os do mesmo sexo;
- b) filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros menores de vinte e um anos de idade;
- c) filhos, incluídos os adotivos, ou enteados solteiros a partir de vinte e um anos de idade e menores de vinte e quatro anos de idade, cursando o 3º grau ou equivalente;
- d) filhos ou enteados solteiros maiores de vinte e um anos incapacitados permanentemente para o trabalho; e
- e) os menores sob tutela ou curatela.

- 4.2. Com base no disposto na Resolução Normativa ANS nº 279/2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, os **ex-empregados demitidos sem justa causa e APOSENTADOS (inclusive por invalidez)** poderão aderir ao plano contratado.

### 5. ADESÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 5.1. A partir da assinatura do Contrato, a Contratada implementar mecanismos para divulgação do Plano Contratado, bem como orientar o preenchimento dos termos de adesão e toda a documentação necessária dos empregados/beneficiários.
- 5.2. **Adesão sem carência** dos beneficiários cadastrados no atual plano de Auto Gestão da CODESA, poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias da data de início da vigência do contrato, exceto em caso de casamento ou nascimento ou novas contratações, os quais deverão ser feitas até 30 (dias) da data do evento.
- 5.3. A CODESA deverá indicar o nome e a classificação dos beneficiários, sejam titulares ou dependentes.
- 5.3.1. A CODESA não se responsabiliza por valor de mensalidades e coparticipação, de cadastramentos que foram realizadas diretamente pelo titulares, sem a devida indicação da CODESA.
- 5.4. A CONTRATADA não deverá restringir o cadastramento de novos usuários no plano de saúde ou odontológico, desde que devidamente indicados pela CODESA e observados os prazos indicados, não cabendo quaisquer exigências e/ou restrições quanto ao número mínimo ou máximo para inclusão e/ou exclusão.
- 5.5. Os titulares do plano de saúde atual (AUTOGESTÃO), que será encerrado em 25/01/2022 serão notificados da nova contratação e, deverão realizar a transição/inscrição em até 30 dias contados do início da vigência do novo contrato.

### 6. IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 6.1. Os beneficiários, titulares e dependentes devidamente inscritos no plano, deverão ser identificados por meio de cartão personalizado, emitido pela CONTRATADA, cuja exibição está vinculada a um documento oficial de identificação obrigatoriamente junto aos prestadores de serviço pertencentes a rede credenciada da CONTRATADA, cabendo ao beneficiário a responsabilidade integral pelo uso indevido do cartão.
- 6.2. A apresentação da carteira de identificação acompanhada do documento de identificação do beneficiário assegurará os direitos e vantagens do Contrato.
- 6.3. Em caso de perdas dos cartões de identificação, o usuário titular deverá comunicar imediatamente a CONTRATADA, sendo o custo das segundas vias de responsabilidade do beneficiário titular, não sendo de responsabilidade da CONTRATANTE a solicitação ou custo da emissão da segunda via.
- 6.4. Não será devido a cobrança da taxa de emissão de segunda via da carteira de identificação ao beneficiário, quando o fator motivador for devido ao extravio ou perda no envio, defeitos de fabricação, furto ou roubo, devidamente comprovados através de Boletim de Ocorrência.
- 6.5. Os cartões de identificação deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, sem custo aos beneficiários.

**7. EXCLUSÃO DO BENEFICIÁRIO**

7.1. Os titulares serão excluídos dos planos de saúde e odontológico nos seguintes casos:

- a) Por falecimento;
- b) Por término do contrato de trabalho com o CODESA, com as ressalvas previstas na Lei nº 9.656/1998 .

7.2. A exclusão do beneficiário titular implicará necessariamente na exclusão dos seus dependentes.

7.3. Os dependentes serão excluídos dos planos de saúde e odontológico nos seguintes casos:

- a) Por falecimento;
- b) Por solicitação do titular;
- c) Por término do contrato de trabalho do titular com a CODESA, com as ressalvas previstas na Lei nº 9.656/98.

7.4. As exclusões cadastrais implicarão na perda do direito de atendimento a partir do último dia da cobertura já paga pela CODESA.

7.5. A CONTRATADA deverá apresentar normas de segurança quanto ao uso indevido dos cartões de identificação, de modo que a partir do recebimento da comunicação de exclusão, coíba o atendimento.

7.6. O titular responderá pela sua omissão em quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado no plano e após a sua exclusão, serão de única e exclusiva responsabilidade do beneficiário, o qual deverá efetuar o ressarcimento diretamente à CONTRATADA.

**8. DA CARÊNCIA**

8.1. Ficam isentos de carência os beneficiários e seus dependentes que façam sua inclusão ao plano contratado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da contratação da empresa prestadora de serviços de plano de saúde e odontológico.

8.2. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias ininterruptos, contados da data em que entrar em exercício, para solicitar a inclusão dos novos Colaboradores e de seus dependentes no plano de saúde e odontológico, ficando, nesse caso, isentos de carência para usufruírem dos serviços abrangidos.

8.3. Aos usuários que não aderirem ao plano contratado nos prazos estipulados neste item, de acordo com a RN nº 195 da ANS e suas atualizações, poderão ser exigidos os seguintes períodos máximos de carência após a sua adesão ao plano:

SITUAÇÃO	TEMPO A SER AGUARDADO APÓS A CONTRATAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE / ODONTOLÓGICO
Casos de urgência (acidentes pessoais ou complicações no processo gestacional) e emergência (risco imediato à vida ou lesões irreparáveis)	24 (vinte quatro) horas
Partos a termo, excluídos os partos prematuros e decorrentes de complicações no processo gestacional.	300 (trezentos) dias
Demais situações	180 (cento e oitenta) dias

8.3.1. Esses são limites de tempo máximos. Isso quer dizer que a operadora de planos de saúde pode exigir um tempo de carência menor que o previsto na legislação. FONTE: <http://www.ans.gov.br/planos-de-saude-e-operadoras/espaco-do-consumidor/carencia>

8.4. Não serão admitidas, sob qualquer hipótese, a exigência de carência ou exclusão do tratamento de qualquer patologia, assim como, limitações quanto ao número de diárias de internação ou tratamento especializado.

**9. DO REEMBOLSO**

9.1. O reembolso nas condições e prazos estabelecidas na Resolução Normativa – ANS Nº 259/2011.

9.1.1. NÃO será reembolsados atendimentos quando os mesmos são ofertados na rede credenciada, obrigando o beneficiário a utilizar serviços somente da sua rede.

**10. URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

10.1. O atendimento emergencial deverá ser prestado todos os dias da semana, 24 (vinte e quatro) horas/dia, incluindo a assistência odontológica, de Pediatria, Clínica Médica, Ortopedia, Cirurgia Geral, Ginecologia-Obstetrícia, Cardiologia e Oftalmologia para todas as patologias agudas e/ou crônicas.

10.2. Nas urgências e emergências de qualquer origem, garantia de atenção e atuação no sentido da preservação da vida, órgãos e funções, 24 (vinte e quatro) horas/dia, nos casos de risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o beneficiário, incluindo os resultantes de acidentes pessoais.

**11. REMOÇÃO**

11.1. Estará garantida a remoção inter-hospitalar do paciente (do hospital de origem para o hospital de destino), comprovadamente necessária, dentro dos limites de abrangência geográfica do plano. A mesma deve acontecer quando acontecer:

11.1.1. De hospital ou serviço de pronto-atendimento vinculado ao Sistema Único de Saúde - SUS, localizado dentro da área de atuação do produto contratado, para hospital cooperado, referenciado, credenciado, e da rede própria da operadora, vinculados ao plano de saúde do beneficiário;

11.1.2. De hospital ou serviço de pronto-atendimento privado não cooperado, não referenciado, não credenciado ao plano de saúde do beneficiário, e não pertencente à rede própria da operadora, localizado dentro da área de atuação do produto contratado, para hospital cooperado, referenciado, credenciado, e da rede própria da operadora, vinculados ao plano de saúde do beneficiário;

11.1.3. De hospital ou serviço de pronto-atendimento cooperado, referenciado, credenciado, e da rede própria da operadora, vinculados ao plano de saúde do beneficiário, localizado dentro da área de atuação do produto contratado, para hospital cooperado, referenciado, credenciado, e da rede própria da operadora, vinculados ao plano de saúde do beneficiário, apenas quando caracterizada, pelo médico assistente, a falta de recursos para continuidade de atenção ao beneficiário na unidade de saúde de origem;

11.1.4. De hospital ou serviço de pronto-atendimento público ou privado não cooperado, não referenciado, não credenciado ao plano de saúde do beneficiário, e não pertencente à rede própria da operadora, localizado fora da área de atuação do produto contratado pelo beneficiário, para hospital cooperado, referenciado, credenciado, e da rede própria da operadora, vinculados ao plano de saúde do beneficiário apto a realizar o devido atendimento, apenas nos casos em que o evento que originou a necessidade do serviço tenha ocorrido dentro da área de atuação do produto do beneficiário e na indisponibilidade ou inexistência de prestador conforme previsto nos arts. 4º, 5º e 6º, da Resolução Normativa - RN nº 259, de 17 de junho de 2011; e

11.1.5. De hospital ou serviço de pronto-atendimento cooperado, referenciado, credenciado, e da rede própria da operadora, vinculados ao plano de saúde do beneficiário, localizado dentro da área de atuação do produto contratado, para hospital cooperado, referenciado, credenciado, e da rede própria da operadora, vinculados ao plano de saúde do beneficiário, nos casos em que houver previsão contratual para atendimento em estabelecimento de saúde específico.

11.2. A remoção de beneficiários somente poderá ser realizada mediante o consentimento do próprio beneficiário ou de seu responsável, e após a autorização do médico assistente.

## 12. REDE DE ATENDIMENTO

12.1. A CONTRATADA realizará atendimento tanto nos municípios de Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz, em consultórios, hospitais, clínicas, laboratórios disponibilizados em rede própria, indicada, parceira, credenciada, referenciada, conveniada (ou outro instrumento afim), sem limites de utilização, inclusive UTI e internações em geral, ficando a CONTRATADA obrigada a cobrir todas as despesas com a realização da assistência proposta.

12.1.1. **A REDE HOSPITALAR** (própria, contratada ou credenciada) da operadora contratada para prestação do serviço objeto do presente termo deverá atender, no mínimo 1 (um) hospital de grande porte, com atendimento de emergência e urgência, nos municípios: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra. Ressaltamos que foi utilizada como referência a atual rede de conveniados do Plano de Saúde de Autogestão da CODESA.

12.1.2. Os **MÉDICOS** credenciados pela operadora contratada para prestação do serviço objeto do presente termo de referência deverá atender no mínimo nas seguintes especialidades:

Especialidade	ARACRUZ	CARIACICA	GUARAPARI	SERRA	VIANA	VILA VELHA	VITORIA
ANDROLOGISTA	1	3	1	1	1	5	8
ANESTESISTA - DOR CRONICA	1	4	1	3	1	2	2
CANCEROLOGIA	1	2	1	1	1	1	1
CARDIOLOGIA - ELETROFISIOLOGIST	1	12	1	23	1	1	81
CIRURGIA OU TRATAMENTO DA DOR	1	1	1	1	1	1	1
CIRURGIA PEDIATRICA	1	5	1	8	1	10	19
CIRURGIA UROLOGIA	1	1	1	1	1	2	7
CIRURGIA ONCOLOGISTA	1	5	1	23	1	20	38
COMUNIDADE TERAPEUTICA	1	1	2	1	1	1	1
DEPENDENCIA QUIMICA	1	1	1	2	1	2	1
FISIATRA	1	1	1	1	1	1	1
FISIOTERAPEUTA	1	32	1	38	1	199	502
FISIOTERAPIA INFANTIL	1	1	1	1	1	2	1
FISIOTERAPIA NEUROLOGICA	1	1	1	3	1	1	3
GENETICISTA	1	1	1	1	1	1	5
GERIATRIA	1	10	1	23	1	42	93
GINECOLOGIA CLINICA	1	1	1	14	1	13	25
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	1	1	1	63	1	134	248
GINECOLOGIA ONCOLOGICA	1	1	1	3	1	2	3
HERBIATRIA - GASTROENTEROLOGIA	1	1	1	1	1	1	1
HOME CARE	1	1	1	1	1	1	1
MEDICINA DO SONO	1	1	1	2	1	1	2
MEDICINA HIPERBARICA	1	2	1	2	1	1	4
MEDICINA LABORATORIAL -	1	1	1	1	1	1	2
MEDICINA LABORATORIAL - ANALISE	1	13	4	19	1	40	27
MEDICINA LABORATORIAL - ONCO	1	1	1	1	1	1	2
NEONATOLOGISTA	1	1	1	14	1	1	24
NEUROLOGIA CLINICA	1	1	1	13	1	1	26
NUTRICAO	1	10	1	1	1	20	1

NUTRICIONISTA	1	36	1	56	1	76	172
OFTALMOLOGIA - CIRURGIÃO	1	1	1	3	1	1	4
OFTALMOLOGIA - ESTRABISMO	1	3	1	3	1	1	2
OFTALMOLOGIA - GLAUCOMA	1	1	1	3	1	1	5
OFTALMOLOGIA - PTERIGIO	1	1	1	2	1	1	1
OFTALMOLOGIA - RETINOLOGO	1	3	1	3	1	17	43
ONCO HEMATOLOGIA	1	1	1	1	1	3	12
ONCOLOGIA	1	7	1	34	1	27	72
ORTOPEDIA - CIRURGIA DE JOELHO	1	4	1	6	1	1	46
ORTOPEDIA - CIRURGIA DE MÃO	1	6	1	7	1	1	21
ORTOPEDIA - CIRURGIA DE OMBRO	1	10	1	5	1	20	26
ORTOPEDIA - CIRURGIA DE QUADRIL	1	4	1	6	1	8	16
ORTOPEDIA - CIRURGIÃO DE COLUNA	1	8	1	10	1	22	30
ORTOPEDIA - PÉ E TORNOZELO	1	5	1	3	1	3	14
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	1	49	1	48	1	123	258
ORTOPEDIA INFANTIL	1	1	1	3	1	1	13
OTORRINOLARINGOLOGIA	1	34	1	38	1	83	187
PATOLOGIA CLINICA/MEDICINA	1	4	1	2	1	12	17
PEDIATRA - ALERGOLOGIA	1	1	1	3	1	5	8
PEDIATRA - REUMATOLOGIA	1	1	1	1	1	1	9
PEDIATRIA	1	45	1	75	1	1	234
PEDIATRIA - CARDIOLOGIA	1	5	1	4	1	3	14
PEDIATRIA - CIRURGIÃO	1	2	1	1	1	11	4
PEDIATRIA - ENDOCRINOLOGIA	1	3	1	1	1	10	7
PEDIATRIA - GASTROENTEROLOGIA	1	1	1	5	1	6	12
PEDIATRIA - HEMATOLOGIA	1	1	1	3	1	1	1
PEDIATRIA - HOSPITALAR	1	3	1	1	1	1	1
PEDIATRIA - NEFROLOGIA	1	1	1	1	1	2	2
PEDIATRIA - NEONATAL	1	8	1	17	1	22	74
PEDIATRIA - NEUROCIRURGIA	1	1	1	1	1	1	1
PEDIATRIA - NEUROLOGIA	1	3	1	1	1	10	14
PEDIATRIA - OFTALMOLOGIA	1	1	1	3	1	1	3
PEDIATRIA - ONCOLOGIA	1	1	1	8	1	1	7
PEDIATRIA - ORTOPEDIA	1	2	1	3	1	11	14
PEDIATRIA - OTORRINOLARINGOLOGO	1	2	1	1	1	4	1
PEDIATRIA - PNEUMOLOGIA	1	1	1	1	1	2	9
PEDIATRIA - PNEUMOLOGIAIINGOLOGO	1	1	1	1	1	1	1
PEDIATRIA - PSICOLOGIA	1	1	1	1	1	1	1
PEDIATRIA - REUMATOLOGIA	1	1	1	1	1	94	1
PEDIATRIA - UROLOGIA	1	3	1	8	1	20	80
PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA	1	1	1	1	1	1	1
PROCTOLOGIA	1	18	1	1	1	38	62
PSICANALISTA	1	1	1	20	1	1	1
PSICOLOGIA - NEUROPSICOLOGIA	1	1	1	3	1	1	1
PSICÓLOGO - DEPENDÊNCIA QUIMICA	1	1	1	2	1	2	7
PSICOLOGO CLINICO	1	33	1	35	1	82	175
PSICOLOGO DO TRABALHO	1	1	1	1	1	1	5
PSICOLOGO INFANTIL	1	4	1	6	1	1	13
PSICOTERAPEUTA	1	1	1	1	1	1	2
PSIQUIATRIA - DEPENDENCIA QUIMI	1	1	1	2	1	1	1
QUIMIOTERAPIA	1	1	1	1	1	1	1
RADIOLOGIA - ENDOSCOPIA	1	13	1	19	1	27	1
RADIOLOGIA - MAMOGRAFIA	1	1	1	1	1	1	18
RADIOLOGIA - RADIOLOGIA	1	15	3	20	1	38	97
RADIOLOGIA - RESSONANCIA	1	1	1	3	1	12	9
RADIOLOGIA - TOMOGRAFIA	1	5	1	2	1	7	8
RADIOLOGIA - ULTRASSONOGRAFIA	1	3	1	7	1	27	46
RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM	1	18	1	24	1	56	133
TERAPIA INFUSIONAL -	1	1	1	1	1	1	4
TERAPIA OCUPACIONAL	1	6	1	5	1	13	20
TRAUMATOLOGISTA	1	3	1	2	1	20	29
UROLOGIA	1	27	1	20	1	57	140

12.1.3. **A REDE ODONTOLÓGICA** (própria, contratada ou credenciada) da operadora contratada para prestação do serviço deverá atender aos municípios de Vitória, Vila Velha, Guarapari, Cariacica, Serra, Viana e Aracruz. Ressaltamos que foi utilizada como referência a atual rede de conveniados do Plano de Saúde de Autogestão da CODESA.

12.1.4. Os **DENTISTAS** credenciados pela operadora contratada para prestação do serviço objeto do presente termo de referência deverá atender no mínimo nas seguintes especialidades:

ESPECIALIDADE	ARACRUZ	CARIACICA	GUARAPARI	SERRA	VIANA	VILA VELHA	VITORIA
ODONTOLOGIA	1	8	1	20	1	26	74
ODONTOLOGIA - CIRURGIA GERAL	1	9	1	18	1	31	79
ODONTOLOGIA - DENTISTICA	1	8	1	17	1	24	77
ODONTOLOGIA - ENDODONTISTA	1	10	1	19	1	27	76
ODONTOLOGIA - IMPLANTODONTISTA	1	15	1	17	1	48	116
ODONTOLOGIA - ODONTOPEDIATRIA	1	10	1	1	1	22	80
ODONTOLOGIA - ORTODONTISTA	1	11	1	17	1	32	93
ODONTOLOGIA - PERIODONTISTA	1	10	1	18	1	31	89
ODONTOLOGIA - PROTESE	1	8	1	18	1	27	92
ODONTOLOGIA CLINICA GERAL	1	12	1	6	1	49	123

### 13. DA OPERACIONALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato deverá ser realizada reunião inicial, em que será definido:

- a) forma e procedimentos que precisam de autorização;
- b) prazos de cadastramento, de faturamento, de início de utilização por parte do beneficiário, forma de atendimento
- c) e demais regras de funcionamento e utilização do objeto contratado

13.1.1. Após definições a Contratada e a CODESA deverão realizar divulgações do plano contratado, bem como as regras e condições de uso.

13.2. Cabe a Contratada realizar ampla divulgação do plano contratado, com vista a adesão dos beneficiários.

13.3. A movimentação cadastral será encerrada no dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e encaminhada por correio eletrônico (ou outro meio digital) à operadora contratada para a elaboração dos valores a serem pagos, bem como para inclusões, alterações e exclusões de beneficiários, a contar do primeiro dia do mês seguinte, em que os pedidos de inclusão serão encaminhados imediatamente, mediante procedimento a ser convencionado por ocasião da reunião inicial.

13.4. Se o dia 25 (vinte e cinco) ocorrer em feriado ou final de semana, o cadastro será encaminhado no último dia útil imediatamente anterior a esta data.

13.5. Os relatórios de cobrança de coparticipação deverão ser encaminhados a CODRHU/CODESA até o dia 25 de cada mês, para que haja inclusão de desconto em folha da parte do beneficiário.

### 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A presente contratação vincula-se as regulamentações da AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE - ANS, aplica a planos privados.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Bernardes Diniz, Coordenador de Recursos Humanos**, em 15/09/2021, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4590401** e o código CRC **C6E2B50F**.



Referência: Processo nº 50904.101217/2021-63



SEI nº 4590401

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá  
Vitória/ES, CEP 29050-300  
Telefone: 2731327376 - [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br)



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS

### ANEXO IB MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO - VF

Vitória, 15 de setembro de 2021.

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (em papel personalizado da empresa)

À: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

PREGÃO Nº:

A/C Pregoeiro (a):

1. Considerando a sessão pública realizada no dia xx/xx/xxxx, apresentamos a nossa Proposta para a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme descrição constante no Edital em epígrafe e seus anexos, pelo(s) valor(es) e condição (ões) abaixo especificado(s):

2. A licitante deverá ser apresentada as especificações técnicas do plano de saúde ofertado, com no mínimo as seguintes descrição: Registro na ANS, Tipo de plano (modalidade), Segmento Assistencial, Acomodação, Cobertura, Área de Abrangência, Condições de coparticipação e regras gerais de execução do objeto contratado.

3. Planilha de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOT/ REGISTRADO SISTEMA ITEM
01	Contratação de plano saúde privado, na modalidade coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação, nas condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência.	

3.1 Valor da proposta por extenso: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

3.2 Valor da Proposta por faixa etária

EMPREGADOS ATIVOS + DEPENDENTES LEGAIS					
Faixa	Titular	Dependente	Total de Beneficiários	Valor Unitário	Valor Total
0-18	0	188	188		
19-23	0	29	29		
24-28	0	7	7		
29-33	4	13	17		
34-38	36	32	68		
39-43	58	46	104		
44-48	44	20	64		
49-53	19	11	30		
54-58	24	22	46		
59+	51	31	82		
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>399</b>	<b>635</b>	<b>Total Mensal</b>	
				<b>Total Anual</b>	
Valor Estimado de Contratação Coparticipação				???	%
<b>VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO ITEM 01</b>					

3.3 Coparticipação

3.4 Com base no disposto na Resolução Normativa ANS nº 279/2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, os ex-empregados demitidos sem justa causa e APOSENTADOS (inclusive por invalidez) serão contemplados no novo plano de saúde CODESA. Assim não integram o valor estimado de contratação.

4. Declaramos que:

a) No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a prestação dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.



- b) A proponente se obriga a prestar os serviços nos termos do **Edital de licitação**, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo Contrato
- c) O prazo de validade da proposta é **de xx (xxxxxx) dias**, contados da data da sua apresentação.
- d) A garantia contratual será apresentada na modalidade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.
- e) Temos conhecimento da **Política de Integridade da Codesa**, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020 que encontra-se disponível no site da Companhia, em [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br) – Transparência – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço: [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa\\_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\)](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1)); reforçamos que nossa proposta foi elaborada de maneira independente e que conduzimos nosso negócio de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

## 5. Declaramos ainda que:

- a) Os serviços a serem prestados **\*estão/não estão (escolha uma opção e apague a outra)** enquadrados na relação do CNAE de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- b) **\*(A empresa xxxxxxx é optante ou não é optante) (escolha uma opção e apague a outra)** dos benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- c) Na composição de custos da proposta **\*(estão ou não) (escolha uma opção e apague a outra)** considerados os benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (desoneração de folha de pagamento).
- d) **\*(A empresa xxxxxxx se enquadra ou não se enquadra) (escolha uma opção e apague a outra)** em qualquer das situações previstas nos **artigos 26** do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa ou **38** Lei nº 13.303/2016, a respeito do cumprimento de sanções administrativas e vínculo com a Codesa.

## 6. Documentos anexos a esta proposta (se for o caso): \_\_\_\_\_

7. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

## DADOS DA EMPRESA

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:		Tel/Fax:	
E-mail:	CEP:	Cidade:	UF:
Banco:		Agência:	C/C:

## DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Nome:		Cargo/Função:	
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	

## DADOS DO(S) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA EM NOME DA EMPRESA

Nome:		Cargo/Função:	
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	

Nome assinatura do(s) responsável(is)

**OBS 1:** Os itens que estão em vermelho devem ser observados atentamente e editados pela empresa proponente, declarando o seu enquadramento conforme opção correta. Quando o objeto envolver fornecimento de bem/material, deverá ser informado na proposta marca, modelo e especificações do produto que se fizerem necessárias, observando-se em todo o caso o TR.

**OBS 2:** Caso o demandante utilize este modelo na fase de pesquisa de preços deverá adaptá-lo para a referida fase, o mesmo vale para seu uso em caso de pesquisa em processos de contratação direta.

**OBS 3:** Essas observações devem ser excluídas da versão final da proposta.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Bernardes Diniz, Coordenador de Recursos Humanos**, em 15/09/2021, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4590500** e o código CRC **1C26DBBE**.



Referência: Processo nº 50904.101217/2021-63



SEI nº 4590500

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá  
Vitória/ES, CEP 29050-300  
Telefone: 2731327376 - [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br)



COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS

### ANEXO IC MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO - VF

Vitória, 15 de setembro de 2021.

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel personalizado da empresa)

À: COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

PREGÃO Nº:

A/C Pregoeiro (a):

1. Considerando a sessão pública realizada no dia xx/xx/xxxx, apresentamos a nossa Proposta para a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme descrição constante no Edital em epígrafe e seus anexos, pelo(s) valor(es) e condição (ões) abaixo especificado(s):

2. A licitante deverá ser apresentada as especificações técnicas do plano odontológico ofertado, com no mínimo as seguintes descrição: Registro na ANS, Tipo de plano (modalidade), Segmento Assistencial, Cobertura, Área de Abrangência, Condições de coparticipação (se houver) e regras gerais de execução do objeto contratado.

3. Planilha de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL REGISTRADO NO SISTEMA ITEM
01	Contratação de plano odontológico privado, na modalidade coletivo empresarial, de livre adesão, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação, nas condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência.	

3.1 Valor da proposta por extenso: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

3.2 Valor da Proposta por beneficiário

ITEM	TIPO DE PLANO	QUANT. DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNITÁRIO POR BENEFICIÁRIO	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
01		635			

3.3 Com base no disposto na Resolução Normativa ANS nº 279/2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, os ex-empregados demitidos sem justa causa e APOSENTADOS (inclusive por invalidez) serão contemplados no novo plano de saúde CODESA. Assim não integram o valor estimado de contratação.

4. Declaramos que:

a) No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a prestação dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.

b) A proponente se obriga a prestar os serviços nos termos do Edital de licitação, entendendo-se como tal, o resultado final obtido na Planilha de Preços, incluídos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, parcelas ou taxas de administração, lucro, despesas indiretas e eventuais, enfim, todos e quaisquer ônus incidentes sobre os serviços e o respectivo Contrato.

c) O prazo de validade da proposta é de xx (xxxxxx) dias, contados da data da sua apresentação.

d) A garantia contratual será apresentada na modalidade xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

e) Temos conhecimento da **Política de Integridade da Codesa**, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020 que encontra-se disponível no site da Companhia, em [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br) – Transparência – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço: [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa\\_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\)](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1)); reforçamos que nossa proposta foi elaborada de maneira independente e que conduzimos nosso negócio de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.

5. Declaramos ainda que:

- a) Os serviços a serem prestados **\*estão/não estão** (escolha uma opção e apague a outra) enquadrados na relação do CNAE de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- b) **\*(A empresa xxxxxxx é optante ou não é optante)** (escolha uma opção e apague a outra) dos benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. (desoneração de folha de pagamento);
- c) Na composição de custos da proposta **\*(estão ou não)** (escolha uma opção e apague a outra) considerados os benefícios da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 (desoneração de folha de pagamento).
- d) **\*(A empresa xxxxxxx se enquadra ou não se enquadra)** (escolha uma opção e apague a outra) em qualquer das situações previstas nos **artigos 26** do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa ou **38** Lei nº 13.303/2016, a respeito do cumprimento de sanções administrativas e vínculo com a Codesa.

6. Documentos anexos a esta proposta (se for o caso): \_\_\_\_\_

7. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

#### DADOS DA EMPRESA

Razão Social:		CNPJ:	
Endereço:		Tel/Fax:	
E-mail:	CEP:	Cidade:	UF:
Banco:		Agência:	C/C:

#### DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Nome:		Cargo/Função:	
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	

#### DADOS DO(S) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA EM NOME DA EMPRESA

Nome:		Cargo/Função:	
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	

Nome assinatura do(s) responsável(is)

**OBS 1:** Os itens que estão em vermelho devem ser observados atentamente e editados pela empresa proponente, declarando o seu enquadramento conforme opção correta. Quando o objeto envolver fornecimento de bem/material, deverá ser informado na proposta marca, modelo e especificações do produto que se fizerem necessárias, observando-se em todo o caso o TR.

**OBS 2:** Caso o demandante utilize este modelo na fase de pesquisa de preços deverá adaptá-lo para a referida fase, o mesmo vale para seu uso em caso de pesquisa em processos de contratação direta.

**OBS 3:** Essas observações devem ser excluídas da versão final da proposta.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Bernardes Diniz, Coordenador de Recursos Humanos**, em 15/09/2021, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4590518** e o código CRC **772150B3**.



Referência: Processo nº 50904.101217/2021-63



SEI nº 4590518





COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS

## ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO PE 101217/2021

Vitória, 12 de janeiro de 2022.

**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde e odontológico, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS**

Por este instrumento particular, a **COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO**, Empresa Pública Federal, com sede na Rua Izidro Benezath, 48 – Ed. Six – 3º Andar - Enseada do Suá – Vitória – ES – EP 29050-300 – telefone 55 27 3132-7370, inscrita no CNPJ sob o nº 27.316.538/0001-66, neste ato representada por seu Diretor-Presidente ..... designado em ..... inscrito no CPF sob o nº ....., portador da Carteira de Identidade nº ....., e pelo Diretor de ....., designado em ..... inscrito no CPF sob o nº ....., portador da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede ....., neste ato representada por ....., portador da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela ...../.... e CPF nº ..... denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO**, tendo em vista o que consta no **processo protocolado sob o nº 50904101217/2021-63** autorizada pela DIREXE – Diretoria Executiva da CODESA em sua **xxxx** Reunião de **xx** de **xxxx** de 2022, em observância às disposições da Lei 13.303 de 30/06/2016; do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, da Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; da Lei 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contra Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo; da Lei Federal 8.429 de 02/06/1992 – Improbidade Administrativa; Lei Complementar 123 de 14/12/2006, outras legislações quando couber, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº xxx/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO E DA CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

1.1. A legislação que regula a presente contratação é: Lei 13.303 de 30/06/2016; o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, Lei 8.078 de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; Lei 8.137 de 27/12/1990 - Crime Contraordem Tributária, Econômica e Relações de

Consumo; Lei Federal 8.429 de 02/06/1992 – Improbidade Administrativa; Lei Complementar 123 de 14/12/2006; outras legislações quando couber.

1.2. A CONTRATADA e a CONTRATANTE comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da legalidade, da moralidade administrativa, da impessoalidade, da eficiência, da vinculação ao instrumento convocatório, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

1.3. Em atendimento ao disposto no subitem 1.2 desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

1.4. O Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA está disponibilizado no endereço <http://www.codesa.gov.br/site/?p=licitacoes-e-contratos>

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

2.1. Fazem parte integrante do presente contrato, com força de cláusula contratual e gerando direitos e obrigações, os seguintes documentos, de cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- 2.1.1. EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2022 E SEUS ANEXOS;
- 2.1.2. PROPOSTA DA CONTRATADA.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência a saúde e odontológico, por meio de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS compreendendo atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como terapia e internações, tanto em caráter eletivo, como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e observando as condições de procedimentos estabelecidas na Resolução Normativa – RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021 da ANS, nas condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

3.2. Quadro resumo do Objeto Contratada: (AJUSTAR CONFORME ITEM 1 OU 2)

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade
01	Plano de Saúde observadas as condições do item 1.2.3 e demais condições constantes do Termo de Referência.	Unidade	01
02	Plano Odontológico observadas as condições do item 1.2.4 e demais condições constantes do Termo de Referência.	Unidade	01

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de empreitada por preço unitário.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSOS

5.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta licitação provêm do orçamento da CODESA, conforme categoria econômica: [ **2.201.030.100 - Assistência Médica e Odontológica** ] conforme solicitado pela a **Coordenação de Recursos Humanos (CODRHU)**. Fonte dos

Recursos: **Custeio**. Classificação Contábil: despesa. A contratação é uma prestação de serviço enquadrada no item 4.22 da LC 116/2003.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR GLOBAL DE CUSTO

6.1. Conforme proposta apresentada pela Contratada e aceita pela CODESA, o valor global de custo do Objeto do presente Contrato é de R\$..... (.....), conforme composição de custos dos seguintes serviços:

### ITEM 1

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	Contratação de plano saúde privado, na modalidade coletivo empresarial, de livre adesão, com custo por faixa etária, mensalidade paritária (EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação, nas condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência.	

EMPREGADOS ATIVOS + DEPENDENTES LEGAIS					
Faixa	Titular	Dependente	Total de Beneficiários	Valor Unitário	Valor Total
0-18	0	188	188		
19-23	0	29	29		
24-28	0	7	7		
29-33	4	13	17		
34-38	36	32	68		
39-43	58	46	104		
44-48	44	20	64		
49-53	19	11	30		
54-58	24	22	46		
59+	51	31	82		
<b>Total</b>	<b>236</b>	<b>399</b>	<b>635</b>	<b>R\$ - (Total Mensal)</b>	<b>R\$</b>
<b>Valor limite de Coparticipação por beneficiário</b>				<b>R\$ - (unitário)</b>	<b>R\$</b>
<b>VALOR ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO ITEM 01</b>					

6.2. Com base no disposto na Resolução Normativa ANS nº 279/2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, os ex-empregados demitidos sem justa causa e APOSENTADOS (inclusive por invalidez) **serão contemplados no novo plano de saúde CODESA, desde que assumam o seu pagamento integral**, os custos de mensalidade e coparticipação diretamente com a contratada, na forma definida pela operadora, não cabendo, portanto, a CODESA o repasse deste valores à Contratada.

6.3. No valor global estão incluídas todas as despesas e custos necessários à execução total dos serviços contratados diretos e indiretos, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, frete, seguro e insumos.

### ITEM 2

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
02	Contratação de plano odontológico privado, na modalidade coletivo empresarial, de livre adesão, mensalidade paritária	



(EMPRESA X EMPREGADO) pré-fixada, coparticipação, nas condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência.
---

ITEM	TIPO DE PLANO	QUANT. DE BENEFICIÁRIOS	VALOR UNITÁRIO POR BENEFICIÁRIO	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
02		635			

6.4. Com base no disposto na Resolução Normativa ANS nº 279/2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, os ex-empregados demitidos sem justa causa e APOSENTADOS (inclusive por invalidez) **serão contemplados no novo plano de saúde CODESA, desde que assumam o seu pagamento integral**, os custos de mensalidade e coparticipação diretamente com a contratada, na forma definida pela operadora, não cabendo, portanto, a CODESA o repasse deste valores à Contratada.

6.5. No valor global estão incluídas todas as despesas e custos necessários à execução total dos serviços contratados diretos e indiretos, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, frete, seguro e insumos.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

7.1. As medições serão realizadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência;

7.2. Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar relatório de medição discriminando as atividades e serviços prestados no período de referência;

7.3. Este relatório deverá conter no mínimo as seguintes informações:

7.3.1. Demonstrativo dos beneficiários cadastrados no mês anterior;

7.3.2. Demonstrativo dos beneficiários incluídos ou excluídos no mês anterior

7.3.3. Demonstrativo do uso de coparticipação do mês anterior;

7.4. Após a emissão do relatório a CONTRATANTE analisará o relatório e, estando este condizente com os serviços prestados, autorizará a emissão de Nota Fiscal para faturamento;

7.4.1. Deverão ser emitidas notas fiscais/faturas separadas, sendo uma referente à mensalidade do plano e outra ao faturamento de coparticipação.

7.5. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente (s) aos serviços executados no mês anterior. Após conferir e atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is), caberá ao fiscal do contrato encaminhá-la (s) para pagamento.

7.6. Na(s) Nota(s) Fiscal(is), deverá constar o número do Contrato, o número da agência e da conta bancária correspondente. A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) conforme a legislação fiscal/tributária vigente, com observância, principalmente, ao preenchimento de seus campos.

7.6.1. As nota(s) Fiscal(is)/fatura(s) deverá ser acompanhada de relatório com detalhamento dos serviços faturados.

7.6.2. Caso a contratada seja administradora, a Nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada, além do relatório do item anterior, da(s) nota(s) fiscal(is) emitidas pela operadora que efetivamente tenha prestado o serviço.

7.7. Caso sejam verificadas divergências, a(s) Nota(s) Fiscal(Ais) será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras

ou comprove a correção dos dados contestados pela Fiscalização da CODESA, sem que isso gere encargos financeiros para a CODESA.

7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, serão aplicadas as seguintes compensações financeiras e penalidades:

7.8.1. multa de 0,1% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, limitada a 2%;

7.8.2. juros moratórios de 0,033% ao dia, sobre o valor pago em atraso, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação, até o efetivo adimplemento desta.

7.9. Em caso de atraso pela Contratante, as verbas de natureza acessória (juros e multa) serão pagas por meio de crédito em conta corrente, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

7.10. Fica estabelecido que a Contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária, e a CODESA não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

7.11. Deverão ser apresentadas juntamente com as Notas Fiscais, as certidões que comprovam a regularidade da contratada junto ao INSS e ao FGTS, conforme exigido na habilitação fiscal. Deverá também ser apresentada a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943;

7.11.1. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.11.2. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.12. Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18 da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Pagamento Mensal

7.14. A prestação de serviços, têm caráter permanente e custos variáveis em razão do número de beneficiário cadastrados no mês e coparticipação). Sendo utilizado seu pagamento deverá ser realizado com periodicidade mensal.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 5 anos, conforme Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa.

8.2. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, após assinatura do Contrato.

8.3. A prorrogação de **prazo de vigência** será realizada mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que efetivada e requerida durante a vigência do contrato, justificada por escrito e autorizada pela autoridade competente, nos termos dos Artigos 104 e 107 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

## 9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 13.303, de 2016, da Lei n.º 10.520, de 2002, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codesa a CONTRATADA que:

- 9.1.1. Ensejar inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 9.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.5. Cometer fraude fiscal;

9.2. Pela inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas na execução do objeto contratado, a Codesa poderá aplicar ao contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

9.2.2. Multa moratória

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias. Após este prazo e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) de 2% (dois por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, pela demora em substituir o material rejeitado;

9.2.3. Multa compensatória

a) de até 2% (dois por cento) em caso de inexecução parcial, sobre o valor total do contrato;

b) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas pela CONTRATANTE de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA, e/ou da garantia prestada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a Contratante deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento - GDR, que será creditado na conta da CODESA, ou, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

9.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codesa, pelo prazo de até 2 (dois) anos poderá ser aplicada à empresa que:

- 9.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.4.3. Não assinar o Contrato no prazo estabelecido neste instrumento;
- 9.4.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste instrumento;
- 9.4.5. Apresentar documentação falsa exigida neste instrumento;
- 9.4.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 9.4.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.4.8. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se os procedimentos internos da Codesa, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

9.6. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codesa poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

9.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.8. Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à Codfor/Codesa, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final.

9.8.1. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a CONTRATANTE descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa CONTRATADA e/ou da garantia contratual.

9.8.2. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a CONTRATANTE deverá fazer o pagamento por meio de Guia de Recolhimento – GDR, que será creditado na conta da Codesa e, quando for o caso, será cobrado judicialmente.

9.9. Na execução contratual, cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à Codesa (funcionários, suas instalações, imagem), meio ambiente ou a terceiros.

9.9.1. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos Arts. 122 a 124 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DE REAJUSTE E REVISÃO

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, ressalvada a ocorrência de variação do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária de usuário.

11.2. Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, **devendo ser negociado entre as partes**, depois de decorridos os 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual, limitando-se ao Índice de Variação dos Custos Médico Hospitalares (IVCMH), ou por outro índice equivalente adotado pela ANS, observadas as disposições do artigo 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994 e demais normas legais aplicáveis, desde que observada a compatibilidade dos preços finais com aqueles praticados no mercado.

11.3. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = ((I_i - I_o) \times V) / I_o$$

Em que:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I<sub>i</sub> = índice correspondente ao mês do reajuste; e

I<sub>o</sub> = índice inicial correspondente a data de apresentação da proposta.

11.4. A CONTRATADA poderá solicitar o **equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no instrumento contratual ou ocorrência de índice de sinistralidade superior a 70% (setenta por cento) nos últimos 12 (doze) meses.

11.5. Neste caso, incumbirá à CONTRATADA a demonstração do cálculo da sinistralidade e da memória de cálculo com os respectivos documentos comprobatórios como pré-requisito para a revisão do preço.

11.6. Serão considerados para fins de sinistralidade os custos assistenciais sobre as faturas pagas, relativas às competências do intervalo considerado 12(doze) meses, aplicadas ao índice de 70%, deduzido do fator 1(um), conforme fórmula a seguir:

$$\text{Índice de Reajuste} = \{ [ (S \text{ Média} / P \text{ Média}) / 0,70] - 1 \} * 100$$

Sendo:

S Média = Sinistralidade Média

P Média = Prêmio Médio

11.7. Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório e documentação evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

11.8. Os valores das mensalidades/tabela de preços para as novas adesões serão reajustados, na mesma data e no índice de reajuste previsto neste capítulo, independente da data de inclusão.

11.9. No mês subsequente ao aniversário do beneficiário que atinja a idade limite de cada faixa, automaticamente, esse será inserido na faixa seguinte, prevalecendo, por consequência, a mensalidade da respectiva faixa etária.

11.10. O reajuste poderá ser efetuado por meio de simples termo de apostilamento, nos termos do art. 81, § 7º, da Lei 13.303/2016 e art. 108, §9º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

11.11. Os efeitos financeiros do reajuste serão aplicados a partir do 13º mês, subsequente ao período anual de apuração do índice, independentemente da variação para maior ou para menor.

11.12. A contratada deverá solicitar o reajuste até a prorrogação ou encerramento do Contrato, hipóteses em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Com o encerramento do Contrato ou prorrogação do mesmo sem expressa ressalva, opera-se a renúncia a eventual reajuste relativo a período anterior à assinatura do respectivo Termo Aditivo.

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

12.1. A CODESA e a contratada têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em consonância com o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços.

12.2. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da CODESA ou mediante solicitação da contratada, a qualquer tempo da vigência contratual, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, fato retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no Instrumento contratual, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à contratada nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

I - a contratada deverá formular à CODESA requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

II - a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão;

III - com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da apresentação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

IV - A contratada deverá solicitar a revisão de preços até a prorrogação ou o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador. Caso o Contrato esteja encerrado, operar-se-á a renúncia a eventual direito a revisão.

12.3. Independentemente de solicitação, a CODESA poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à contratada apresentar as informações solicitadas pela CODESA.

12.4. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, com comprovada repercussão no preço contratado implicarão a revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

### 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações além daquelas já previstas no Termo de Referência:

13.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, por meio de empregado público especialmente designado pela Contratante;

13.2. Efetuar os pagamentos devidos em razão da prestação dos serviços fornecidos pela CONTRATADA após a apresentação das respectivas notas fiscais com o devido “atesto” do Gestor de Contrato, ou do Fiscal, caso este também seja designado;

13.3. Zelar, durante toda a vigência contratual, pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, bem como pela manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;

13.5. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da Contratada, fixando prazo para a sua correção, quando for o caso;

13.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas à prestação dos serviços;

13.7. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços;

13.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da Contratada;

13.9. Avaliar periodicamente o cumprimento dos níveis mínimos de serviço da CONTRATADA, e tomar as medidas contratuais cabíveis em caso de descumprimento, em especial os relativos à disponibilidade, conectividade, segurança da informação, entre outros.

13.10. Vetar o emprego de qualquer produto e/ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

13.11. No caso de rejeição do serviço, a CONTRATANTE deverá comunicar o fato à CONTRATADA. A Fiscalização estipulará prazo, a contar da notificação, para que a CONTRATADA, às suas custas, saneie as pendências;

- 13.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 13.13. Preencher e enviar a Ordem de Início dos Serviços de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações além daquelas já previstas no Termo de Referência:

- 14.1. Prestar os serviços conforme prazos, especificações técnicas e condições definidas no Termo de Referência e conforme Proposta Comercial;
- 14.2. Prestar suporte técnico dos serviços, na forma e nos prazos estabelecidos.
- 14.3. Disponibilizar, por ocasião da assinatura do Contrato, pontos de contato dos responsáveis pelo suporte técnico e apoio administrativo/comercial, contemplando nomes e telefones, bem como promover sua atualização constante;
- 14.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CODESA autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante;
- 14.6.1. Apurado o dano e caracterizada sua autoria e culpa por qualquer empregado ou preposto da Contratada, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de notificação pela área fiscalizadora, sob pena de ter o valor apurado descontado na fatura do mês subsequente, sem prejuízo das demais sanções e responsabilidades cabíveis, observado o direito do contraditório e ampla defesa;
- 14.7. Responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas (quarenta e oito) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes ao Contrato, que venham a ser solicitados pelo Contratante;
- 14.8. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados e dos veículos que adentrarão à CODESA para a execução do serviço, apresentando os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, mantendo as informações atualizadas inclusive;
- 14.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Contratante;
- 14.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 14.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando a situação exigir;
- 14.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação ambiental, inclusive pela regular quitação de taxas de licenças para execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais;
- 14.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

- 14.14. Comunicar à fiscalização do Contratante qualquer anormalidade/ocorrência constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 14.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.16. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;
- 14.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.18. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
- 14.19. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do § 1º do art. 108 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos da CODESA;
- 14.20. A existência e a atuação da Fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações;
- 14.21. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- 14.22. É expressamente vedada à CONTRATADA a contratação de colaborador pertencente ao quadro de pessoal da CODESA durante a vigência deste contrato;
- 14.23. Cumprir fielmente os níveis mínimos de serviço estabelecidos no Termo de Referência, contratualmente, ou decorrentes de legislação aplicável;
- 14.24. Assegurar à Contratante os recursos técnicos e tecnológicos necessários para transição e portabilidade dos serviços em caso de distrato, descumprimento, interrupção ou encerramento de vigência contratual, quando for o caso;
- 14.25. Para efeitos de mensuração dos limites estipulados no Termo de Referência, os períodos de apuração serão contados a partir do 1º dia de cada mês sob gestão do Gestor do Contrato, formalmente designado;
- 14.26. Emitir nota fiscal no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando-a à Contratante para pagamento;
- 14.27. **Declaração** subscrita por representante legal da licitante, afirmando que tem conhecimento da Política de Integridade da Codesa, formalizada pela Resolução 42, de 30 de setembro de 2020; que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se com os mais altos padrões de ética durante o procedimento licitatório bem como todo o período da contratação.
- 14.27.1. A Política de Integridade da Codesa encontra-se disponível no site da Companhia, em [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br) – Transparência – Políticas e Práticas de Governança – Política de Integridade ou no seguinte endereço:
- [http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa\\_arquivos/RESOLUCAO%20422020\(1\).pdf](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/RESOLUCAO%20422020(1).pdf)
- 14.28. Solicitar ao beneficiário, diretamente ou através do CONTRATANTE, informações ou documentos necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em até 30 (trinta) dias, através de depósito em conta corrente do beneficiário titular a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, notas fiscais das despesas realizadas e ou recibos de honorários médicos, quando for o caso;



14.29. Fornecer ao beneficiário e seus dependentes, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individual para cada usuário, com prazo e validade igual ao da duração do contrato;

14.29.1. Em caso de perda ou extravio de carteira de identificação individual por meio físico, o custo da emissão de 2ª via ficará a cargo da empresa contratante;

14.30. Disponibilizar a cada beneficiário titular manual de orientação de todos os procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos de emergência, reembolso a relação de credenciados. Manter atualizada no sítio eletrônico (portal de internet da contratada) a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados;

14.31. Negociar, conforme sugestão do CONTRATANTE, a possibilidade de inclusão de profissionais ou entidades de Assistência a Saúde, conforme diretrizes administrativas da CONTRATADA e da ANS;

14.32. Comunicar, imediatamente, a CONTRATANTE qualquer interrupção na execução dos serviços por parte das instituições credenciadas (hospitais, clínicas e laboratórios);

14.33. Comunicar, com pelo menos 30 dias de antecedência, qualquer alteração ou substituição da rede prestadora de serviços, nos termos do Artigo 17 da Lei 9656/98;

14.34. Garantir a continuidade imediata ao tratamento das pessoas que estão em internação hospitalar, ou domiciliar, sem prejuízo em seu estado de saúde;

14.35. Garantir a continuidade imediata ao tratamento das pessoas que estão em tratamento oncológico ou odontológico, sem prejuízo em seu estado de saúde;

14.36. Declarar ter pleno conhecimento das obrigações contidas na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como do Código de Boas Práticas de Proteção de Dados da ANS/CNSaúde, a qual dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, comprometendo-se a cumpri-la e a fazer com que seus sócios, administradores, funcionários e colaboradores a cumpram;

14.37. Declarar e concordar, de forma irrevogável e irretratável, que responderá civil e criminalmente por qualquer infração ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), seja ela decorrente de ação ou omissão atribuível a si, seus sócios, administradores, funcionários, colaboradores que, direta ou indiretamente causem prejuízos de qualquer ordem à outra parte e/ou à terceiros por força de relação contratual mantida entre as partes, obrigando-se a indenizar integralmente e imediatamente qualquer multa ou penalidade imposta à, parte infratora, ressalvado ainda o direito de pleitear indenização por perdas e danos, danos morais e lucros cessantes.

## 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO**

15.1. Conforme determina o item 17 do Termo de Referência, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA, Arts. 109, 110, 119 a 121.

## 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Os contratos celebrados com a CODESA poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes, desde que devidamente justificados, vedando-se alterações que resultam em violação ao dever de licitar, conforme dispõe o art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e o art. 108 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA.

## 17. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES**

17.1. É vedado à CONTRATADA:

17.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

17.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei 13.303/2016 e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODESA e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078 de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípio gerais dos contratos, como também pelos documentos integrantes do presente instrumento contratual.

19. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

19.1. Elegem as partes, o Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas ao presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito na presença das testemunhas abaixo firmadas.

XXXXXXXXXXXX Diretor Presidente da CODESA	XXXXXXXXXX Diretor XXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX Representante Legal da Contratada	



Documento assinado eletronicamente por **Denize Da Silva Lascosque, Coordenador Substituto - Coord. de Suprimentos**, em 12/01/2022, às 07:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5082424** e o código CRC **FE8625AD**.



Referência: Processo nº 50904.101217/2021-63



SEI nº 5082424

Rua Izidro Benezath, 48, (3º e 4º andares) - Bairro Enseada do Suá  
Vitória/ES, CEP 29050-300  
Telefone: 2731327301 - [www.codesa.gov.br](http://www.codesa.gov.br)

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2022-000

1 - Itens da Licitação

1 - Corretagem - Plano de Saúde

Descrição Detalhada: Plano de Saúde observadas as condições do item 1.2.3 e demais condições constantes do Termo de Referência

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,25

Local de Entrega (Quantidade): Vitória/ES (1)

2 - Corretagem - Plano de Saúde

Descrição Detalhada: Plano Odontológico observadas as condições do item 1.2.4 e demais condições constantes do Termo de Referência

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 1

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,25

Local de Entrega (Quantidade): Vitória/ES (1)